

**O impacto da  
desinformação  
e da violência  
política na internet  
contra jornalistas,  
comunicadoras  
e LGBTQ+**



# **O impacto da desinformação e da violência política na internet contra jornalistas, comunicadoras e LGBTQ+**

Abril de 2022



# Apresentação

Neste relatório estão reunidos e contextualizados os principais resultados da pesquisa de percepção "O Impacto da Desinformação e da Violência Política na Internet contra jornalistas, comunicadoras e LGBTQ+ durante a pandemia", realizada em 2021 e publicada em Abril de 2022.

Com o objetivo de tornar acessíveis os dados levantados por meio de questionário online e de entrevistas em profundidade e, dessa forma, contribuir para ampliar a compreensão sobre como desinformação e violência de gênero estão imbricadas no atual momento político, essa publicação integra um esforço de comunicação que inclui também a plataforma digital [desinformacao.generonumero.media](https://desinformacao.generonumero.media).

Convidamos você a navegar pelo relatório e pela plataforma, a ler as entrevistas em profundidade que estão disponíveis apenas online e a repercutir os conteúdos e as informações gráficas, que trazem de forma inédita os dados coletados. Espera-se que este relatório possa fortalecer as estratégias de enfrentamento às violências que hoje impactam o trabalho e a saúde de jornalistas e comunicadoras no Brasil e, conseqüentemente, o próprio fazer jornalístico.

A Embaixada da Suécia no Brasil apoia os esforços em defesa da democracia e da liberdade de expressão no trabalho das organizações Gênero e Número e Repórteres sem Fronteiras. O conteúdo deste relatório, entretanto, é da responsabilidade das organizações que o redigiram.

A pesquisa "O impacto da desinformação e da violência política na internet contra jornalistas, comunicadoras e LGBT+" foi realizada pela **Gênero e Número** em parceria com a organização **Repórteres sem Fronteiras**, com envolvimento de suas equipes e de pesquisadoras e parceiros.

#### **Planejamento e Coordenação**

Artur Romeu

Giulliana Bianconi

#### **Coordenação da pesquisa**

Natália Leão

#### **Levantamento e análise de dados**

Natália Leão

Mariane Reghim

Giulliana Bianconi

Janara Nicoletti

#### **Projeto gráfico e visualizações de dados**

Marilia Ferrari

Victoria Sacagami

#### **Publicações (site, relatório de pesquisa)**

Agnes Cruz

Artur Romeu

Giulliana Bianconi

Natália Leão

Janara Nicoletti

Marilia Ferrari

Victoria Sacagami

#### **Entrevistas**

Agnes Cruz

Giulliana Bianconi

Mariane Reghim

#### **Desenvolvimento**

Beta design

#### **Comunicação**

Gênero e Número

Repórteres sem Fronteiras

Clique para acessar o capítulo

**introdução**

**principais dados**

**perfil de respondentes**

**eixo 1 \_ desinformação**

**eixo 2 \_ violência online**

**eixo 3\_ proteção e plataformas**

**recomendações**

**metodologia**

**intro\_**  
**\_dução**

## **Por que investigar o impacto da desinformação e da violência política na internet contra jornalistas, comunicadoras e LGBT+?**

A desinformação pode ser fatal para qualquer cidadão ou cidadã, como se tornou evidente ao longo da pandemia. O negacionismo científico, presente em discursos que descredibilizaram vacinas e protocolos de prevenção à covid-19, levou a uma campanha intensa de desinformação que, mesmo descentralizada, reverberou e custou vidas. Quantas? Não sabemos, não é possível fazer essa relação direta entre desinformação e mortes por covid, pois os efeitos nefastos da desinformação são bastante difíceis de serem mensurados. Jornalistas que o digam. Sob ataque de lideranças políticas e de grupos que escondem identidades reais nas redes sociais, jornalistas e comunicadores/as que realizam cobertura séria sobre as crises sanitárias e econômicas vêm resistindo. Ao relatarem o cenário em que estamos, ao apresentarem dados e notícias que atestam a falta de gestão eficiente sobre as crises que enfrentamos e ao realizarem coberturas diárias que deveriam ser parte pacífica do trabalho, têm sido frequentemente atacados/as, ameaçados/as e desqualificados/as. Presencialmente ou em ambientes digitais. As violências digitais escalam. A pesquisa que apresentamos aqui mostra, com dados e depoimentos, os impactos e efeitos da violência no dia a dia de jornalistas.

Não é um fenômeno da pandemia. Mas nem por isso é menos grave. E diante da percepção de que essas violências presenciais e online têm sido naturalizadas nos discursos e espaços políticos, colocando em risco o exercício do livre jornalismo, a **Gênero e Número** e a **Repórter sem Fronteiras** decidiram investigar as repercussões dessa desinformação na vida e no trabalho de mulheres e LGBT+, minorias políticas que historicamente enfrentam desigualdades e opressões de gênero.

Os resultados da pesquisa, aqui apresentados, indicam que já passamos do momento de acionar no país as sirenes para apenas alertar sobre os riscos dessa desinformação para o jornalismo e para as jornalistas/comunicadoras. Para 92,5% das profissionais que respondem à pesquisa, o fenômeno da desinformação em 2021 é “muito grave” e afeta o trabalho que realizam. Para 55,23%, afeta o trabalho diariamente. Sem dúvida, é hora de propormos ações que possam interromper as dinâmicas e as práticas violentas.

## **A quem interessa?**

A quem interessa uma imprensa atacada, desacreditada? A quem interessa que jornalistas tenham que gastar tempo na justiça defendendo seu direito de publicar determinadas reportagens e histórias? Quem se beneficia de um cenário em que jornalistas e veículos de notícia que trabalham de forma séria para informar passam a calcular que tipo de reportagem devem ou não publicar para evitar desgastes institucionais e prejuízos financeiros? Tudo isso interessa a quem busca cercear a liberdade da imprensa e também a quem busca um maior alcance para a desinformação.

O cenário atual não é prejudicial apenas à imprensa e a quem trabalha no campo, mas resvala fortemente no acesso à informação de qualidade pela sociedade em geral. Te convidamos a ler esse relatório completo e a entender como, nas diferentes regiões do Brasil, em diferentes cargos (repórter, editor, coordenador), em editoriais diversas (política, saúde, economia etc), os impactos da desinformação têm sido percebidos neste momento político.

Neste relatório você encontra 8 capítulos. Neles, destrinchamos a percepção sobre o fenômeno da desinformação, sobre a violência online, sobre os impactos da violência no livre exercício do jornalismo e sobre os meios de proteção e a atuação das plataformas.



**princi\_  
\_pais  
dados**

Clique no dado para ir até a página da pesquisa onde o assunto é mencionado

---

## Desinformação

- ▶ 92,7% acreditam que a desinformação é um fenômeno muito grave e 7,2% classificam como grave
  - ▶ 85,6% dos participantes avaliam que a naturalização dos ataques aos jornalistas é um efeito relacionado à desinformação
  - ▶ 90% dos 237 jornalistas participantes da pesquisa avaliam que a “desinformação tem causado uma perda de confiança na imprensa por parte da sociedade”
  - ▶ 54,9% afirmaram que o fenômeno da desinformação gera um impacto direto em sua rotina profissional
  - ▶ 86% perceberam aumento da desinformação desde que Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República
  - ▶ 59% dos respondentes que trabalham no campo de cobertura política no Sudeste perceberam aumento da desinformação desde o início da pandemia
- 

## Violência Online

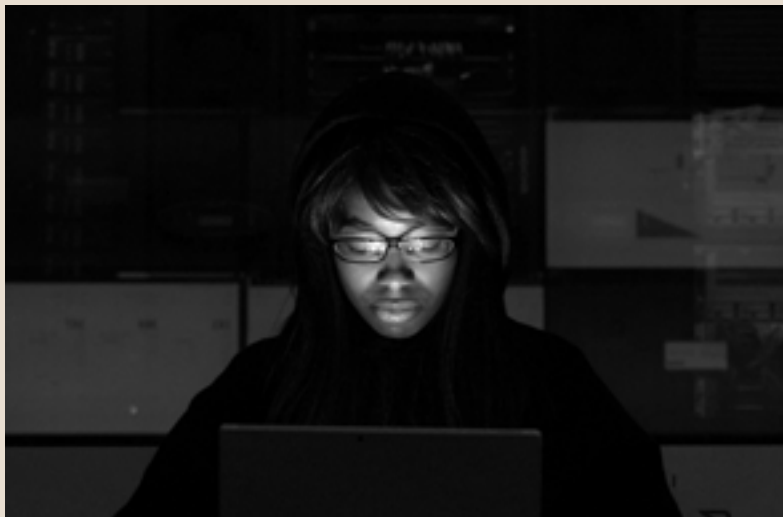
- ▶ 41,9% das mulheres já sofreram violência online devido à sua profissão
- ▶ A violência online sofrida gerou novos ataques para 36,6%
- ▶ 81,4% já presenciaram violência contra colega de trabalho

- ▶ 84,7% mudaram comportamento nas redes sociais nos últimos três anos para se proteger dos ataques, mesmo quem não sofreu violência online
  - ▶ Para 45%, a violência online impacta a vida pessoal
  - ▶ 53,1% informaram que a violência sofrida impactou em sua rotina laboral
  - ▶ 14,7% afirmam ter desenvolvido algum tipo de problema mental
- 

## **Proteção e plataforma**

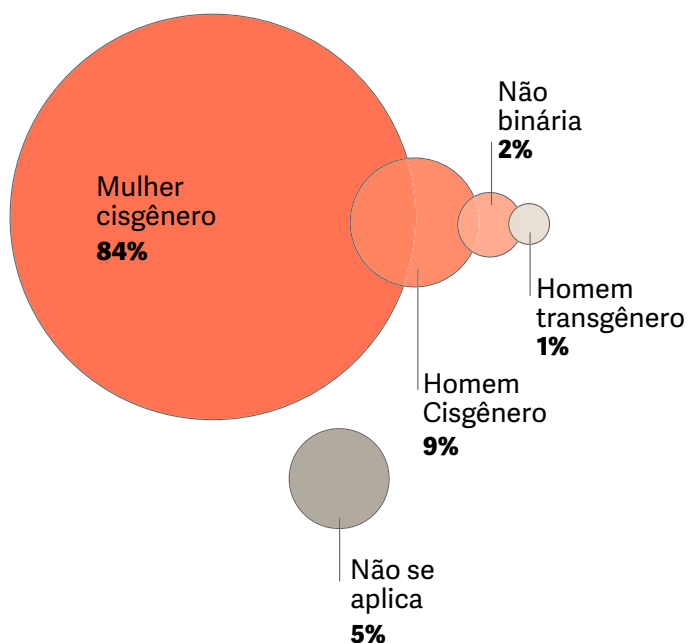
- ▶ 52,4% adotam medida para se prevenir de ataques nas redes sociais
- ▶ 25% precisaram fechar as contas em redes sociais após sofrer ataque online
- ▶ 54,6% já denunciaram a plataformas digitais algum tipo de violência sofrida contra si ou direcionada a outra/o jornalista
- ▶ Facebook lidera como ambiente onde as violências ocorreram (26,2%) seguido pelo Twitter (20,6%)
- ▶ Maioria se diz favorável a uma legislação específica mais dura para responsabilizar a produção e a disseminação de notícias falsas
- ▶ 52,5% acreditam que deveria existir uma lei que punisse os responsáveis pela produção ou disseminação dos conteúdos violentos e que geram desinformação

# Perfil de respon- dentes

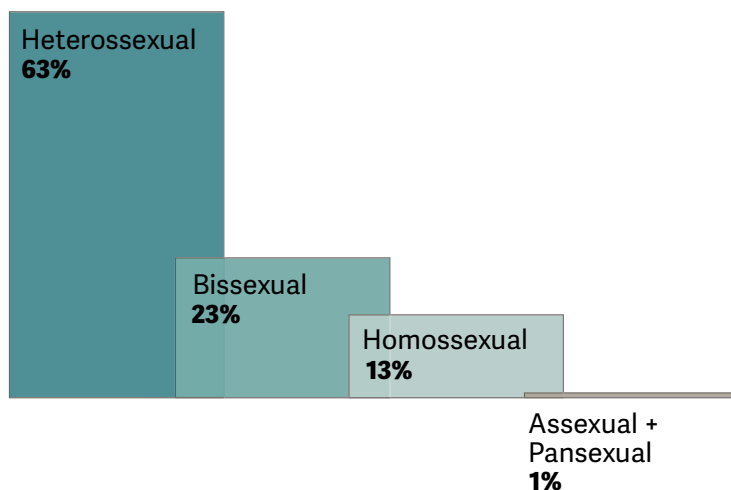


Profissionais altamente qualificados, com ensino superior completo e pós-graduação, e atuando há mais de dez anos na profissão formam a maioria dos respondentes deste estudo. A faixa etária média dos 237 participantes é de 33 anos. A maioria (43%) se autoidentifica como mulher cisgênero, branca e sem filhos.

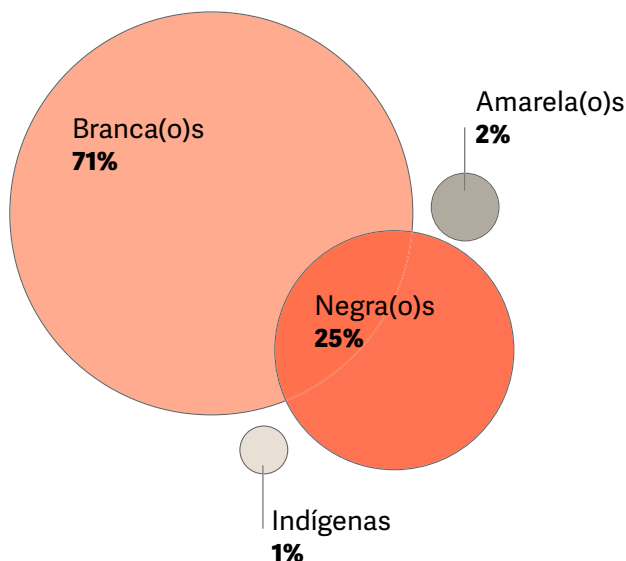
## Identidade de Gênero



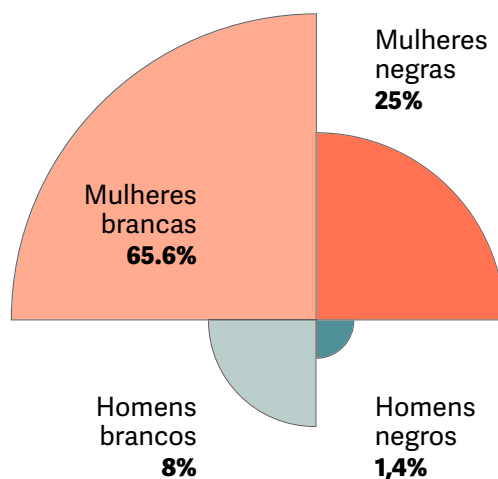
## Orientação Sexual



## Raça

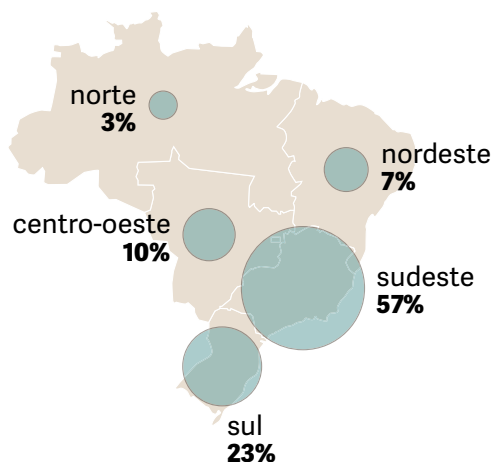


## Raça x gênero



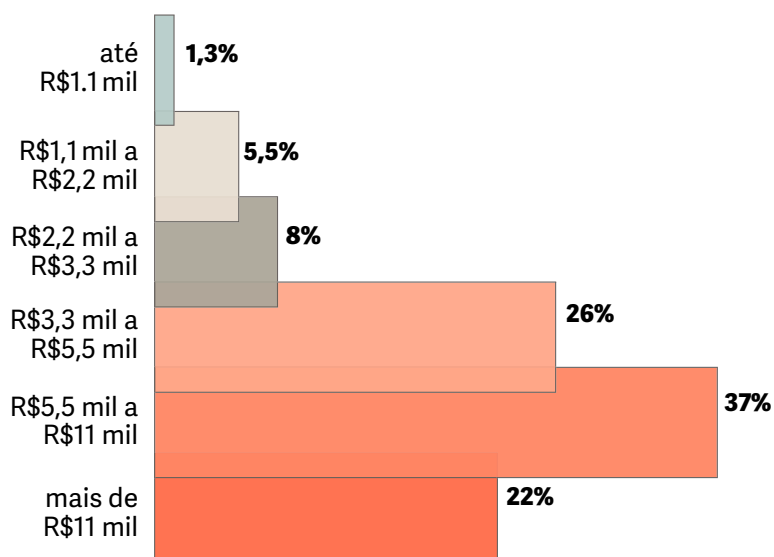
De acordo com os dados da pesquisa, 56,5% dos participantes vivem na região sudeste e 23,2%, no Sul do Brasil. Trabalham principalmente em cidades capitais (78,8%) e têm renda superior a R\$5,5 mil. Para 43% o contrato laboral que mantêm é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A maioria atua como Pessoa Jurídica, freelancer ou prestadores de serviço.

## Região



R\$5,5 mi

## Renda mensal

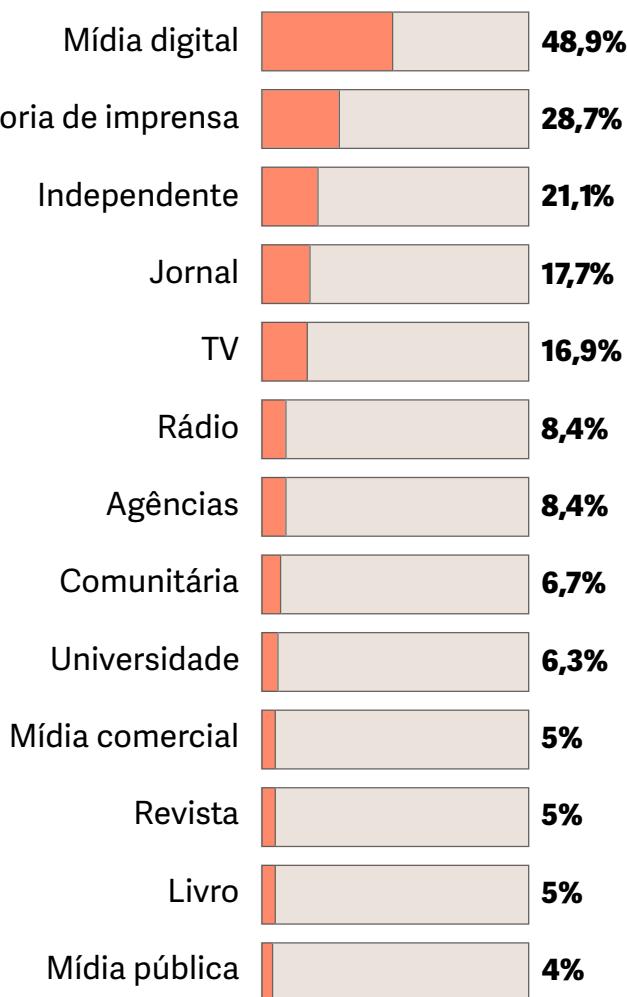


Do ponto de vista do perfil profissional, quase metade dos respondentes, 48,9%, atua com mídia digital e 28,7%, em assessoria de imprensa. Os demais trabalham com telejornalismo, jornal impresso ou iniciativas independentes de mídia. Mais da metade atua como repórter ou editora (37,5% e 17,7%, respectivamente), enquanto 18,5% executa funções de coordenação, direção ou chefia. Já em relação

aos temas que cobrem, a maioria desenvolve pautas para duas ou mais editorias, sendo que as principais são: política (48,1%), direitos humanos (44,7%) e saúde (45,1%).

## Tipo de mídia em que atuam

[era possível assinalar mais de 1 opção]





EIXO 1

# Desinfor\_ \_mação



A desinformação é preocupante para quase a totalidade das pessoas respondentes da pesquisa. Dos 237 participantes, **92,7% acreditam que este é um fenômeno muito grave, enquanto outros 7,2% avaliam como sendo uma questão social grave.**

Os dados demonstram que todos os perfis de jornalistas participantes do estudo são impactados de alguma maneira pela disseminação de informações falsas, incorretas ou descontextualizadas para a população. Eles avaliam que esta questão afeta toda a sociedade em diferentes níveis.

Neste contexto, **85,6% dos participantes avaliam que a naturalização dos ataques aos jornalistas é um efeito relacionado à desinformação.**

### **A desinformação tem causado uma perda de confiança na imprensa por parte da sociedade?**

Concordo totalmente  
**58,9%**

Concordo parcialmente  
**35,6%**

Discordo parcialmente **3,8%**

Discordo totalmente **1,7%**

Além disso, esse processo leva a sociedade a desacreditar no trabalho da imprensa, ou seja, **81% entendem que a descredibilização é uma segunda consequência desse fenômeno.** Relacionado a isso está a deslegitimação do papel da imprensa como fiscalizadora do poder, considerado efeito danoso da desinformação ao jornalismo para 71,3% dos respondentes.

Mais de 90% dos 237 jornalistas participantes da pesquisa avaliam que a “desinformação tem causado uma perda de confiança na imprensa por parte da sociedade”.

*“Eu entendo que há uma perda, não só de confiança, mas principalmente as pessoas estão deixando de ler jornais, por exemplo, achando que podem se informar diretamente pelas redes sociais. Então há uma desconexão muitas vezes entre a imprensa e o público, mas em momentos de gravidade como o da pandemia, você tem um movimento de volta, as pessoas fizeram um movimento de volta aos meios de comunicação tradicionais, as TVs abertas viram a audiência subir, as TVs a cabo noticiosas também experimentaram recordes de audiência, todos os jornais tiveram nesse período da pandemia os seus próprios recordes de audiência na internet, até crescimento em vendas de assinaturas. Então, na hora que a ‘sua’ vida depende da informação, eu entendo que a imprensa ganha musculatura, ganha relevância e volta a angariar público. Aí eu acho que cabe a nós, como jornalistas, como imprensa profissional, termos um meio de manter esse público que voltou com a pandemia, mantê-lo por meio de informação de qualidade, de informação segura, checada, compromisso com essa informação, responsabilidade na hora de publicar”.*

**VERA MAGALHÃES**, COMENTARISTA POLÍTICA E COLUNISTA

## Efeitos relacionados à desinformação na relação sociedade e imprensa, segundo respondentes:

### A naturalização dos ataques a jornalistas



### A descredibilização do trabalho da imprensa



### A deslegitimação do papel da imprensa como fiscalizadora do poder



### A normalização do discurso pró-censura



Ao responderem à pergunta: “A desinformação tem causado uma perda de confiança na imprensa por parte da sociedade?”, 58,9% concordam totalmente e 35,6% concordam parcialmente. Segundo a percepção dos respondentes, este fenômeno traz impactos diretos sobre a rotina profissional e também a segurança de quem trabalha na imprensa brasileira.

Martha Raquel Rodrigues já trabalhou como repórter para diferentes veículos e cobriu temas como conflito migratório, eleições na Venezuela, impeachment de Dilma Rousseff e outros. Atualmente, ela atua na secretaria de comunicação do MST. Além disso, está há seis anos no Jornalistas Livres, veículo online. Aos 27 anos, já coleciona histórias dos efeitos da desinformação sobre sua prática profissional. Desde ataques verbais até agressões físicas e desqualificações devido às pautas que cobre. Ela já foi agredida fisicamente durante cobertura política, já foi ameaçada e precisou omitir sobre sua autoria em reportagens ligadas a temas como garimpo. Também sofreu ataques devido à sua sexualidade. Talvez o tópico mais emblemático ligado à desinformação e polarização política seja o caso da Venezuela.

*"Escrever sobre a Venezuela é muito difícil no nosso país. Então toda vez que eu assino uma reportagem sobre a Venezuela, eu mostro o cenário porque a grande maioria dos veículos fala sobre a Venezuela sem estar no país. Então quando eu escrevo sobre a Venezuela eu já me preparo pra não ler comentários. Porque os comentários não são só de ódio à Venezuela mas também a mim como mulher. Vai desde me mandar pra Cuba, pra Venezuela a procurar fotos minhas na internet, comentar fotos minhas. Já me atacaram pela sexualidade, porque eu sou lésbica". [...] "E no governo Bolsonaro isso piorou muito mais [violência contra jornalistas]. Porque é como se o presidente desse um aval para as pessoas atacarem as outras. Quando o presidente ataca, ele está dizendo que tudo bem atacar. E isso piorou muito muito mesmo".*

**MARTHA RAQUEL RODRIGUES**, REPÓRTER

O fenômeno da desinformação pode ser considerado mais um elemento de pressão sobre a rotina laboral, já intensificada pelo trabalho remoto e o aumento da precarização da jornada e dos vínculos<sup>1</sup>. Quando questionados sobre os efeitos diretos da desinformação sobre seu trabalho, **mais da metade dos respondentes (54,9%) afirmaram que o fenômeno gera um impacto direto em sua rotina. Outros 37,3% reconhecem que há efeitos sobre sua atividade pro-**

fissional, mas não é um problema diário. Somente 7,73% declararam não sentirem os efeitos desse fenômeno em seu dia a dia.

*"Acho que questionar o jornalismo é importante e que todos fazem, mas há formas de se fazer isso. Assim, tem grupos que fazem isso de forma ameaçadora, que fazem isso para intimidar, para silenciar e aí eu estou falando claramente dos bolsonaristas porque são pessoas que usam imagens de bandeira do Brasil, do [Sergio] Moro, do Bolsonaro, mas são pessoas que não se identificam [suas identidades]. [...] Eu lembro de uma vez que eu fiz um vídeo e eu tava na casa dessa minha amiga em Salvador e é uma casa grande, uma casa bonita e falavam que eu tinha invadido aquela casa porque eu era uma petista que queria pagar de rica. Então o que eles iam descobrir era aquela casa que eles já sabiam que eu estava em Salvador. Então, tudo isso vai te colocando numa autocensura também, né. Porque você fala, "eu tô na casa de uma amiga e eu vou colocar ela em risco também, além de me colocar em risco". Questionar a mídia é importante, mas hoje em dia existe uma cultura de descredibilização da mídia. E é como se os jornalistas fossem apenas colonistas que emitem suas opiniões quando na verdade nós estamos trabalhando com dados. Nós estamos trabalhando com informações verdadeiras. Nós estamos trabalhando com análise. Então esse descrédito do jornalismo faz com que esses ataques fiquem muito mais fortes e direcionados porque eles acham que aquilo que você está falando é só meramente a sua opinião, então quem tem que ser combatido é você. Está muito difícil ser jornalista".*

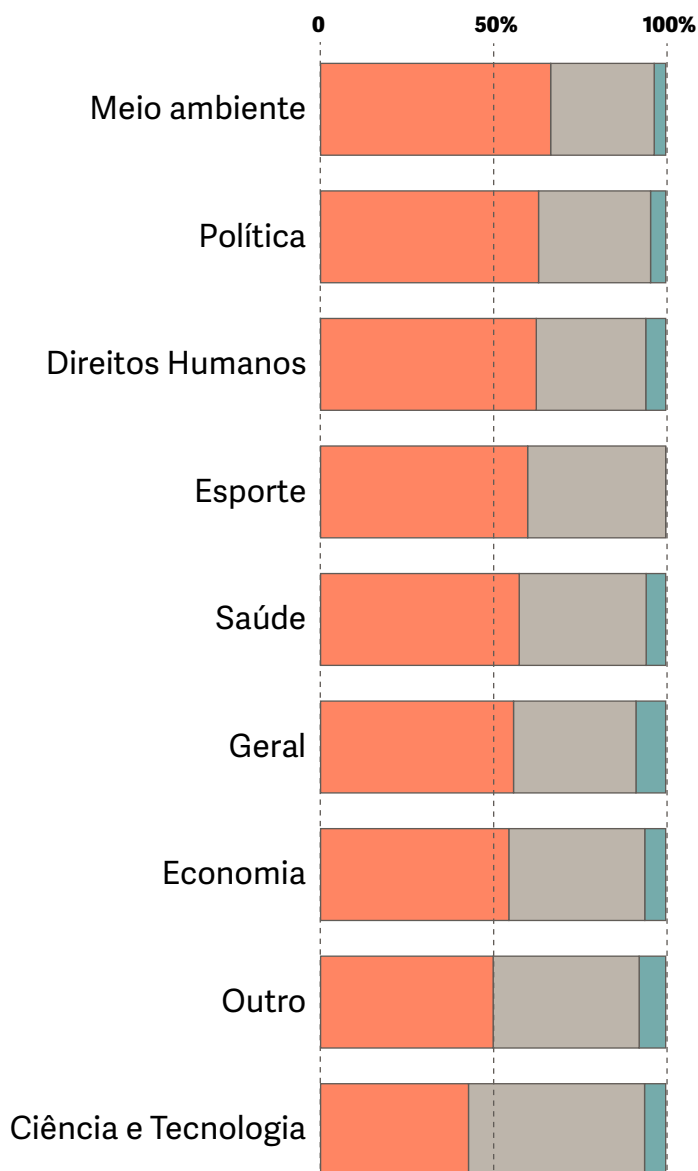
**MARTHA RAQUEL RODRIGUES**, REPÓRTER

## Impacto da desinformação por editoria

■ Afeta meu trabalho diariamente

■ Afeta meu trabalho, mas não diariamente

■ Não afeta meu trabalho diariamente



De acordo com os dados, a percepção da maioria é que a desinformação compromete a sociedade como um todo, gerando um ambiente de hostilidade à mídia, questionando seu papel social e contribuindo para o enfraquecimento da democracia a partir do discurso pró-censura. Neste contexto, a normalização do discurso pró-censura foi apontada por 60,7% dos respondentes como efeito direto da desinformação.

Quando encorajados a refletir “Como a desinformação afeta a sociedade em geral?”, a maioria identificou problemas de literacia midiática ao concordar com a falta de capacidade do público em verificar a veracidade das informações que recebe. Para 59,7% dos participantes, parte da população não consegue distinguir conteúdos falsos de verídicos, enquanto outros 31,3% acreditam que a sociedade, de modo geral, é incapaz de fazer essa distinção. Já 8,9% acreditam que o público consegue fazer essa diferenciação de alguma maneira.

## **DESINFORMAÇÃO E PANDEMIA**

A dificuldade de as pessoas conseguirem separar informações inverídicas de verdadeiras somada ao excesso de informações falsas circulando no mundo online ganhou proporções letais durante a pandemia da covid-19. Como destacou a Organização Mundial de Saúde (OMS), a pandemia do novo coronavírus veio acompanhada da “infodemia”, “a pandemia da desinformação”.

No caso do Brasil, líderes políticos, como o presidente da República, Jair Bolsonaro, atuam como disseminadores de ideias negacionistas e tratamentos não comprovados para o enfrentamento à doença. Como resultado, pesquisadores das universidades de São Paulo (USP) e Cambridge<sup>2</sup>, na Inglaterra, verificaram a relação entre o discurso de Bolsonaro contrário à pandemia e as taxas de adesão às medidas de restrição impostas por municípios e estados brasileiros.



Eles observaram uma menor adesão às regras de isolamento social e controle da covid-19 em locais com maior número de eleitores de Bolsonaro, enquanto onde havia menor adesão ao candidato o respeito às regras e protocolos sanitários foi maior.

Esta condição é confirmada pelas pessoas participantes da pesquisa "O impacto da desinformação e da violência política na internet contra jornalistas, comunicadoras e LGBT+". Ao serem questionadas sobre a relação entre desinformação e pandemia, 79,2% perceberam que o problema aumentou com a crise sanitária, enquanto 9,7% consideraram ter diminuído. Outros 6,78% acreditam que este é um problema recorrente, igual ao verificado no passado e 4,2% avaliam que sempre houve muita desinformação, independente do momento.

***"Lá na Amazônia, como a gente trabalha com populações indígenas, essas populações começaram a receber informações totalmente desencontradas, era muita desinformação. Alguns resolveram fazer quarentena por conta própria, fechar as aldeias, colocar barreiras e outros diziam que não, que o vírus nunca ia chegar lá e nós mesmos fomos atacadas, eu e a Elaíze Farias, que é a outra editora da Amazônia Real, por uma liderança que disse que a gente estava escrevendo fake news. Ficou uma hora no Facebook nos atacando, nos chamando de bandidas, de feias, [dizendo] que a gente pegava o dinheiro de ONG, que a gente ganhava milhões, que a gente mentia. Porque estávamos dizendo que o vírus estava se aproximando das aldeias e que já havia casos suspeitos, inclusive em populações isoladas (...)"***

**KÁTIA BRASIL**, COFUNDADORA E EDITORA-EXECUTIVA DA AMAZÔNIA REAL

Mesmo antes da pandemia, a desinformação já tinha impacto percebido por pesquisadores e jornalistas. Com a crise sanitária, somou-se o negacionismo sobre a covid-19 e seus riscos para a saúde pública. Camila Rocha e Esther Solano<sup>3</sup> constataram um sentimento de confusão entre eleitores do presidente entrevistados devido ao excesso de desinformação e informações falsas que circulam no ambiente online. Em outro estudo, publicado na revista Harvard Kennedy School Misinformation Review<sup>4</sup>, foram analisadas postagens sobre a pandemia em grupos do whatsapp. Os pesquisadores observaram que a desinformação nesses canais é pautada pela agenda política e atua para reforçar posicionamentos ideológicos da extrema-direita e prejudicar opositores ao governo.

Constatação similar à verificada nos dados que levantamos nesta pesquisa. De acordo com a percepção dos jornalistas participantes, a desinformação observada no país aumentou com Jair Bolsonaro no poder. **Do total, 86% perceberam uma piora no cenário desde que o político foi eleito presidente da República. Por outro lado, entre as pessoas que não percebem esta relação, 5,5% avaliam que o nível de desinformação é o mesmo. Outros 6,7% alegam que sempre houve muita desinformação, independente do governo, enquanto 1,7% atribui ao governo Bolsonaro a diminuição do fenômeno da desinformação.**

Neste sentido, a maioria dos participantes se diz favorável a uma legislação específica mais dura para responsabilizar a produção e a disseminação de notícias falsas. Para 52,4% deveria existir uma lei que punisse os responsáveis pela produção ou disseminação desses conteúdos. Já 35,3% acreditam que seria necessário uma lei para proibir que uma pessoa ou organização continuasse produzindo

do conteúdo falso ou desinformação. Com um posicionamento um pouco mais brando, aproximadamente 8% avaliam ser necessário existir algum tipo de advertência contra quem produz e dissemina esse tipo de conteúdo. Já quem é contrário a esse tipo de legislação corresponde a apenas 4,4% dos participantes, como aprofunda o relatório no capítulo sobre “Meios de proteção e plataformas”.

## **DESINFORMAÇÃO TAMBÉM É DEMOCRACIA SOB ATAQUE**

Diferentes monitoramentos e relatórios internacionais indicam uma diminuição significativa nos índices de democracia do país e também liberdade de expressão<sup>5</sup>. Somados ao discurso de ódio contra a imprensa, opositores políticos e defensores de direitos humanos, medidas governamentais fragilizam ou restringem direitos de grupos minoritários, comunidades LGBTQ+ e mulheres<sup>6</sup>. De acordo com a Organização **Repórteres sem Fronteiras**, apenas entre 2020 e 2021, o índice de liberdade de imprensa do Brasil caiu quatro pontos - da 107<sup>a</sup> para a 111<sup>a</sup> posição. “O trabalho da imprensa brasileira tornou-se especialmente complexo desde que Jair Bolsonaro foi eleito presidente, em 2018. Insultos, difamação, estigmatização e humilhação de jornalistas passaram a ser a marca registrada do presidente brasileiro”, destaca a organização<sup>7</sup> que o classifica como um dos 37 predadores<sup>8</sup> da liberdade de imprensa mundial.

*O ambiente já não era dos mais fáceis nessa época em que o [Jair] Bolsonaro estava dando essas primeiras declarações nesses programas de auditório em 2011, 2012, mas aí vem 2013 e quando começam aquelas manifestações de rua, que começaram por causa da passagem de ônibus, tudo veio pra rua. Movimentos de direita, de esquerda, movimentos antidemocrático. Com certeza é a partir de junho de 2013 que nós jornalistas começamos a ter problema para trabalhar na rua, para usar o crachá, para se identificar como jornalista na rua. Até então eu não me recordo de ter que*

*esconder o crachá, de estar em manifestação ou protesto ou trabalhando e precisar não me identificar como jornalista no meio da multidão para cobrir uma manifestação. Ou mesmo pra chegar em algum ambiente político e tal, a gente sempre se identifica. Isso era uma coisa que às vezes ajudava. A partir de então, dos protestos, começa a ficar complicado. Começam a ter as primeiras agressões, primeiro da polícia, depois de grupos de manifestantes e isso vai escalando. Começa a se tornar comum na verdade que de vez em quando ocorram agressões físicas a jornalistas em manifestação. Eu nunca fui alvo, mas eu também chego assim super low profile, sem crachá. Antes de abordar alguém para entrevistar, eu já fico olhando ao redor escolhendo onde é que eu vou. Por exemplo, eu cobri a manifestação, o protesto quando a vereadora Marielle Franco morreu. Na frente da Cinelândia [centro do Rio de Janeiro], era um ambiente muito hostil à imprensa, uma comoção muito grande, mas havia ódio também, sabe, ao trabalho da imprensa ali. A gente tinha colegas trabalhando junto em diferentes locais, mas não dava para ficarmos o tempo todo junto, porque era uma multidão e também o único jeito de a gente acompanhar tudo era estar em diferentes lugares”.*

JULIANA DAL PIVA, REPÓRTER

A jornalista Juliana Dal Piva é um dos casos emblemáticos recentes de profissional que se tornou alvo de massiva campanha de violência online ao publicar investigações sobre Jair Bolsonaro. Embora venha encarando ataques, ameaças e perseguições nas redes sociais já há alguns anos, foi em 2021, após trazer à tona informações sobre esquema de peculato que associava nomes relacionados ao presidente Jair Bolsonaro no período em que ele atuava como deputado federal, e levantar o tema das “rachadinhas” na série de podcast “A Vida Secreta de Jair”, que ela recebeu a seguinte mensagem do advogado da família de Jair Bolsonaro, Frederick Wassef. “Faça lá o que você faz aqui no seu trabalho, para ver o que o maravilhoso sistema político que você tanto ama faria com você. Lá na

China você desapareceria e não iriam nem encontrar o seu corpo”. Tal atitude indica o nível de autoritarismo e ameaça à liberdade de expressão que alcançamos no país durante a atual presidência da República. A jornalista decidiu expor o conteúdo da mensagem nas redes sociais pela gravidade e também por entender que dessa forma daria visibilidade ampla à ameaça, o que poderia mobilizar as instituições democráticas. De fato, houve posicionamento claro de repúdio à violência sofrida por ela por parte de organizações como OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ABraji (Associação Brasileira de Jornalistas), entre outras, além de uma solidariedade massiva de colegas jornalistas. A empresa UOL assumiu a defesa jurídica. A jornalista, que já havia vivenciado situações anteriores em que precisou fechar suas redes sociais, conta que mesmo com uma mobilização a seu favor, o sentimento de vulnerabilidade esteve presente.

**[Leia a entrevista completa com Juliana Dal Piva e com outras seis jornalistas entrevistadas em profundidade durante a pesquisa na plataforma da Gênero e Número.](#)**

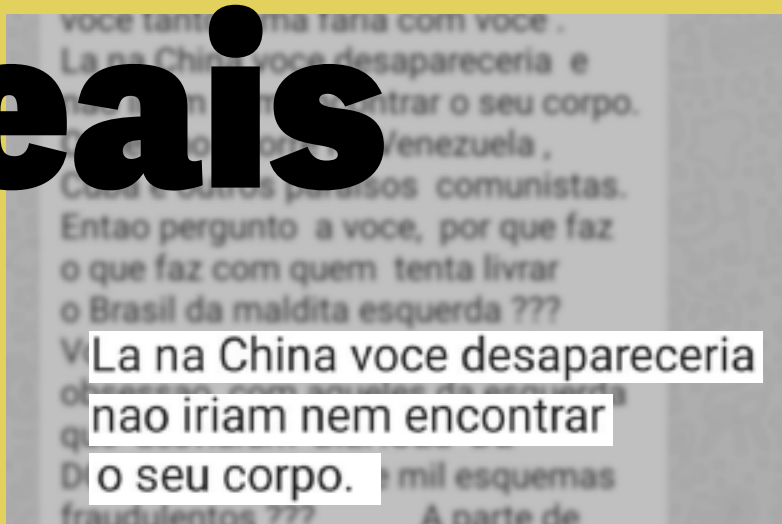
Ataques, agressões e descredibilização da imprensa são ancorados em discursos que buscam deslegitimar fontes divulgadas pela mídia, intimidar jornalistas ou menosprezar suas qualificações profissionais, atacando sua reputação muitas vezes usando discursos misóginos ou com conotação sexual<sup>9</sup>, nos quais as mulheres são os principais alvos. Nesse contexto, a desinformação é uma estratégia de comunicação utilizada para mobilizar as bases políticas e também colocar em xeque o trabalho da imprensa.

## Notas do capítulo

- 1** [Pesquisa do CPCT USP](#) indica precarização do trabalho dos jornalistas durante a pandemia, afetando especialmente as mulheres. O Relatório Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 apresenta degradação das condições de trabalho dos profissionais da imprensa, sendo que as mulheres são as mais afetadas e representam 58,10% da categoria no país. - RELATÓRIO EM PRODUÇÃO
- 2** <https://www.inet.econ.cam.ac.uk/working-paper-pdfs/wp2019.pdf>
- 3** <https://brasil.fes.de/detalhe/bolsonarismo-em-crise>
- 4** [https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/37367207/soares\\_whatsapp\\_brazil\\_20210129.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/37367207/soares_whatsapp_brazil_20210129.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- 5** Informe [Latinobarômetro 2021](#) indica uma baixa adesão à democracia no Brasil. [Democracy Report 2021](#) aponta o Brasil como quarto colocado na lista dos “TOP-10 AUTOCRATIZING COUNTRIES, 2010–2020”
- 6** <https://www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/Brasil2021-en.pdf>
- 7** <https://rsf.org/pt/brasil>
- 8** <https://rsf.org/pt/portraits/predator>
- 9** Monitoramentos: [Artigo-19](#), [RSF](#), [Abraji](#), [Fenaj](#)

EIXO 2

# violência online conse- \_quências reais



Jornalistas brasileiros estão expostos a diferentes tipos de violações e riscos diariamente. Levantamentos sobre a segurança desses profissionais indicam um ambiente laboral hostil em diferentes níveis, que inclui as condições de trabalho precárias, instabilidade de emprego, assédio moral e sexual dentro das redações, agressões físicas, ataques online e ameaças a familiares, entre outros. Com isso, pode-se afirmar que a violência é um problema generalizado que atinge a toda categoria, porém, alguns perfis profissionais estão muito mais expostos, como é o caso das mulheres e de pessoas da comunidade LGBTQ+. É o que mostram os dados desta pesquisa.

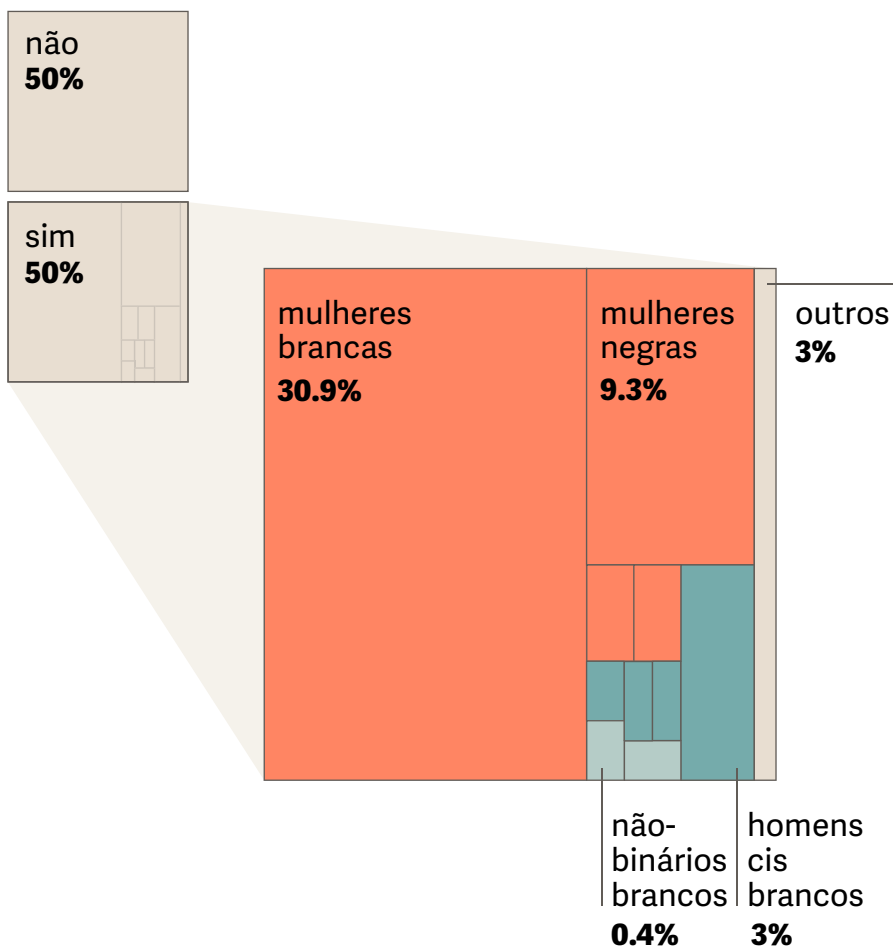
**Praticamente todos os respondentes expuseram de alguma forma a violência online, seja diretamente, com ataques sofridos contra si ou a seu trabalho, ou indiretamente, em casos envolvendo colegas ou conhecidos.**

Os dados coletados mostram que a violência é multiplataforma e pode reverberar em novos ataques. Trata-se de um problema recorrente, que atinge todos os perfis profissionais e ocorre a partir de diferentes fontes, especialmente, desconhecidos, anônimos e políticos, entre eles, o presidente da república, Jair Bolsonaro. Colegas de trabalho e superiores também aparecem como agressores no ambiente online.

Metade dos participantes afirmaram já terem sofrido algum tipo de violência devido à sua profissão, sendo que 41,9% são pessoas que se auto identificaram como sendo do gênero feminino. Entre aquelas que afirmaram já terem presenciado alguma situação desse tipo com outra pessoa, esse número sobe para 81,4%, dos quais 67,4% são mulheres.

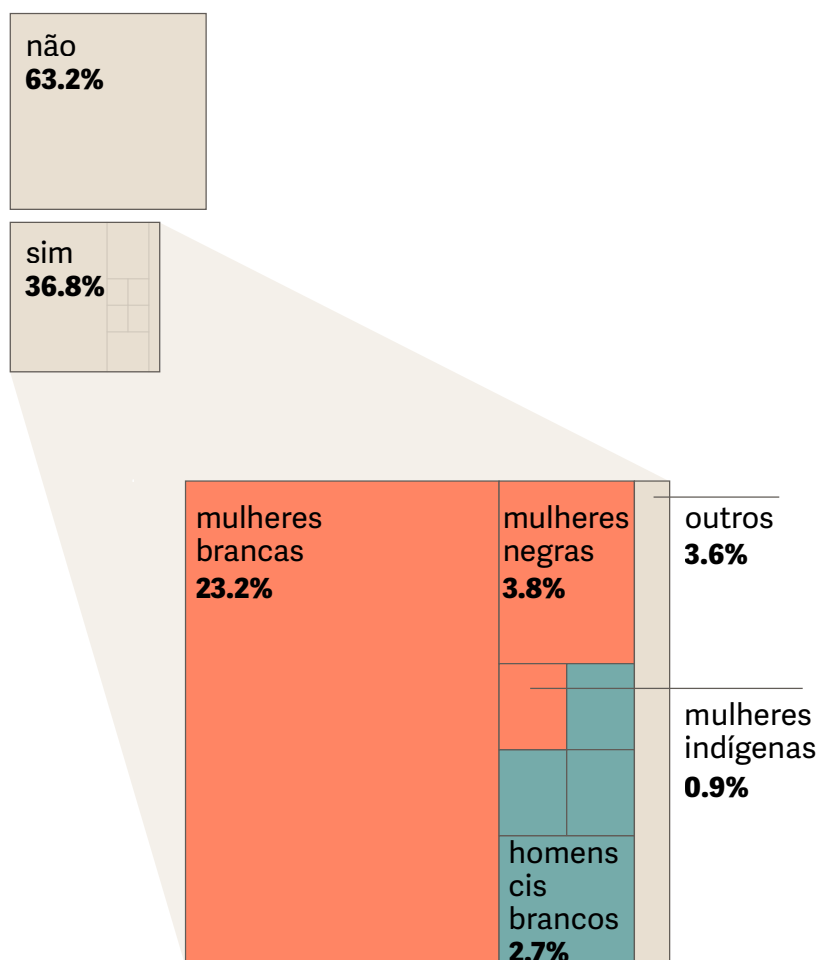


## Você já sofreu algum tipo de violência online devido à sua profissão?



Por conta da própria natureza da profissão, jornalistas ficam expostos a este tipo de ataque de forma recorrente. De acordo com a pesquisa, casos de violência retroalimentam a vulnerabilidade dos profissionais no ambiente virtual gerando novas violações. Para 36,8% das pessoas que reportaram terem sofrido algum tipo de agressão ou hostilidade online, a ação motivou novos ataques. Já entre as pessoas que não vivenciaram este tipo de situação, mas já presenciaram contra colegas ou conhecidos, esse número quase dobra. Para 67% das pessoas que testemunharam violência contra colegas ou conhecidos há a percepção de que um episódio de violência resulta em novos.

## A violência sofrida gerou novos ataques?



Neste sentido, foram relatadas diferentes formas de agressões contra a pessoa jornalista, seu trabalho e familiares. Entre os tipos de violência mais presentes, conteúdos com xingamentos ou palavras hostis aparecem em primeiro lugar (35,4%), seguido por ataque ao trabalho (34,1%) e desqualificação do trabalho realizado (33,7%).

*"Vira e mexe recebo ataque de ódio no Twitter, principalmente porque eu não me silencio quando vejo transfobias acontecendo na imprensa, então eu sempre gosto de pontuar. E quando um homem trans fala sobre menstruação, por exemplo, incomoda muito parcelas da população, incomoda as pessoas que são eleitoras dessa pessoa que está na presidência [Jair Bolsonaro], incomoda vertentes do feminismo que são radicais e excluem corpos trans, então é bem comum não só eu receber ataque de ódio, mas eu sempre vejo também. Principalmente quando a gente fala de pessoas LGBT+, de pessoas negras, de mulheres, pessoas indígenas. São alvo de ataque de ódio na internet. Por mais que eu tenha trabalhado muito tempo com segurança pública nunca aconteceu de eu sofrer alguma ameaça por isso. Tive essa sorte mesmo cobrindo protesto. Mas na Ponte Jornalismo a gente tem dois casos bem emblemáticos, principalmente do Serginho [Sergio Lima, fotógrafo], que ficou cego em 2013 na manifestação que tomou um tiro [enquanto trabalhava, foi alvejado por uma bala de borracha disparada pela polícia militar], e o Daniel [Arroyo] tomou um tiro de bala de borracha na perna. Então acho que não só nesse governo atual, mas profissão jornalista sempre foi perigosa".*

**CAÊ VASCONCELOS**, JORNALISTA

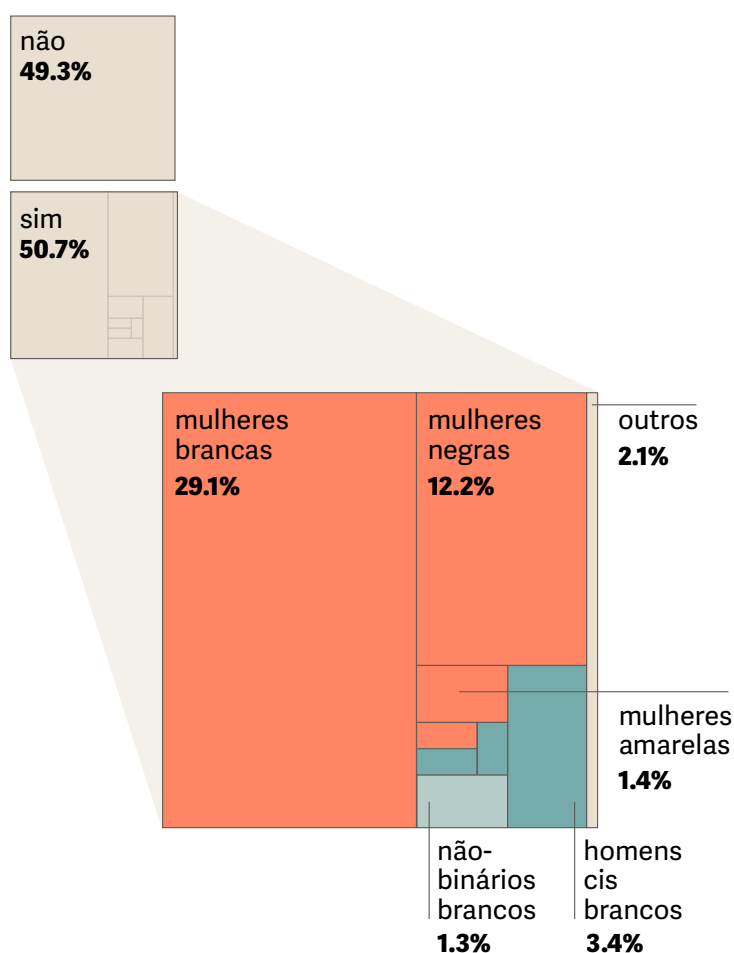
## **ATAQUES DE CONOTAÇÃO SEXUAL**

O terceiro grupo de violações mais frequentes são ataques misóginos ou com conotação sexual (19,4%), nos quais a agressão é direcionada diretamente à mulher jornalista, com objetivo de intimidar, desqualificar e gerar dano à sua reputação. Ameaças à reputação profissional e pessoal, à integridade física e uso indevido de imagens ou fotos também aparecem como crimes recorrentes contra jornalistas, mas em menor quantidade. Assim como doxing, spoofing, ameaça ou ataque devido à identidade de gênero ou orientação sexual, racismo e ameaças a familiares.

*Doxxing* é a prática de levantar informações pessoais sigilosas de uma pessoa e divulgá-las online.

*Spoofing* são crimes virtuais cometidos através de diversas táticas para se apropriar ou deturpar uma identidade que não é a sua.

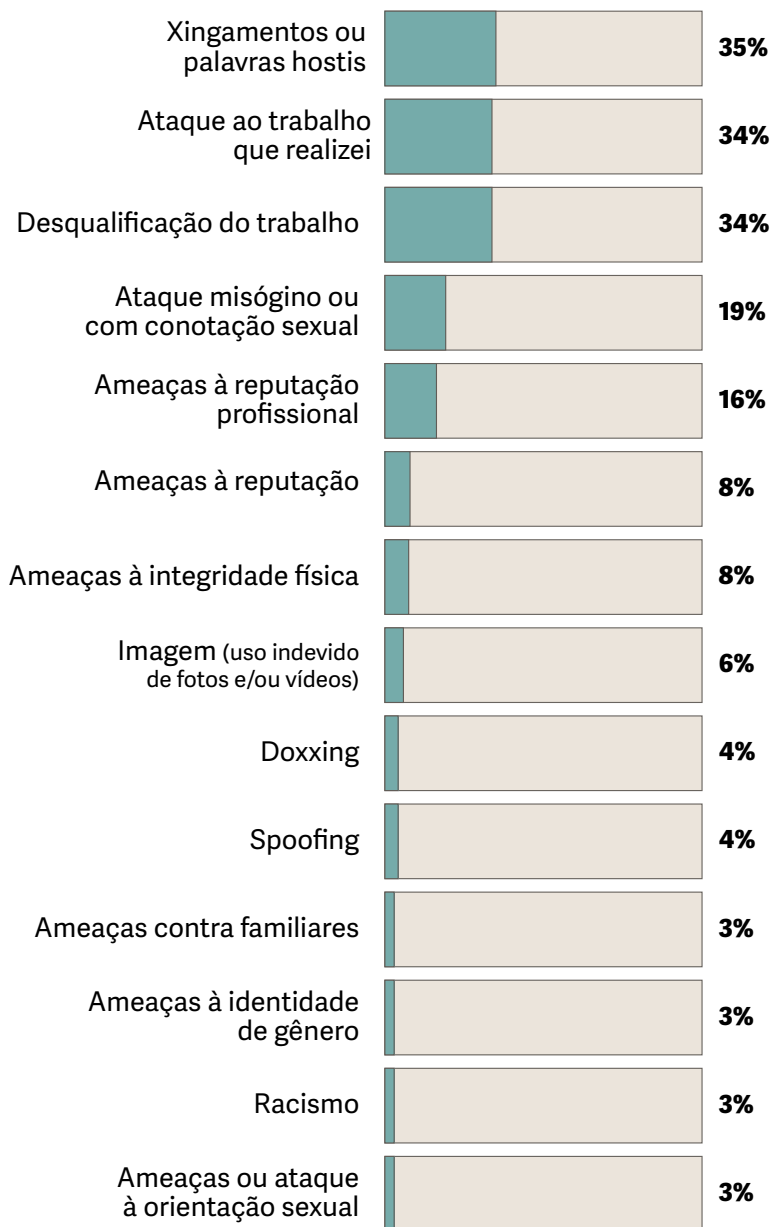
## Você sofreu ataques misóginos ou com conotação sexual?



Os casos de violência sofrida listados indicam todas as ocorrências reportadas pelos participantes. Em vários casos um mesmo indivíduo relatou mais de uma situação de violência. Assim, ao analisar a frequência de agressões sofridas por uma mesma pessoa foi possível verificar que não se tratam de casos isolados. Eles se desenvolvem em diferentes formas de violência, a partir de variadas fontes e muitas vezes com vários agressores. Somente 5% informaram ter sofrido um único tipo de violência. A maioria relatou entre dois e cinco, sendo que houve casos de pessoas vítimas de mais de dez tipos de violações online.

Da mesma forma, os ataques ocorrem em diferentes redes sociais, o que aumenta a reverberação do conteúdo de ódio contra os alvos escolhidos. **Dos profissionais que já sofreram violência online, 21,9% afirmaram que os ataques ocorreram em apenas um único lugar. Os demais informaram que a violência foi reverberada em duas (11,3%), três (6,3%) quatro (5,9%) ou cinco plataformas sociais diferentes. Porém, a principal fonte de ataques a jornalistas que sofreram violência online é o Facebook (26,1%), seguido por Twitter (20,6%).** A página do veículo onde a pessoa trabalha vem em terceiro lugar com 17,3% dos casos reportados.

## Qual foi o tipo de violência online sofrida?



## Após ataques, elas processaram o presidente

PATRÍCIA CAMPOS MELLO

### **REPORTAGEM NAS ELEIÇÕES DE 2018 DESENCADEOU ATAQUES**

Após revelar, em reportagem na Folha de S. Paulo, em 2018, esquema irregular de disparo de mensagens que contava com o financiamento de empresários e beneficiaria o então candidato Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais, a repórter Patrícia Campos Mello passou a enfrentar a “máquina do ódio”, como ela mesma definiria no título do livro lançado em 2020. Os ataques foram intensos nos ambientes digitais, vindos de perfis anonimizados e públicos e arquitetados de forma bastante perversa para atacar a sua reputação. A violência de gênero teve papel central também fora das redes. Um dos depoentes da CPI das Fake News, Hans River, que havia sido contatado como fonte por Campos Mello para a reportagem em 2018, mentiu em 2020 ao afirmar no depoimento da CPI que a repórter havia se insinuado sexualmente em busca de informação. O depoimento, entretanto, teve repercussão imediata e foi reproduzido por parlamentares e pelo presidente. “Eu não duvido que a senhora Patrícia Campos Mello, jornalista da Folha, possa ter se insinuado sexualmente, como disse o senhor Hans, em troca de informações para tentar prejudicar a campanha do presidente Jair Bolsonaro”, afirmou Eduardo Bolsonaro, que em live no YouTube voltaria às práticas de difamação, afirmando que a jornalista “tentava seduzir” fontes. Eduardo, assim como seu pai, Jair Bolsonaro, e o depoente Hans River, foi condenado pela Justiça a indenizar a jornalista, no ano seguinte, 2021. No caso do presidente, ele usou tom de deboche para proferir ataque grave à jornalista. Em entrevista na entrada do Palácio do Alvorada, onde conversa com a imprensa, usou do trocadilho: “ela queria, ela queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim”, disse Jair Bolsonaro. Eduardo foi condenado em 1ª instância, pelo Tribunal de Justiça, a pagar R\$ 30 mil à jornalista.

Jair Bolsonaro, também pela Justiça de São Paulo, foi condenado, dois meses depois, por danos morais. A sentença estabeleceu indenização no valor de R\$ 20 mil. Hans River, um mês depois, também foi responsabilizado pela justiça paulista, no valor de R\$ 50 mil, pela declaração de que Patrícia Campos Mello queria “um determinado tipo de matéria a troco de sexo”. Para todas as sentenças, caberia recurso. Em 2022, a sentença contra Rivers foi anulada por “motivos processuais”, e a defesa de Campos Mello pode voltar a apresentar a denúncia, para buscar nova condenação em 1ª instância. Apesar de a Justiça vir sinalizando a favor da reparação financeira para a jornalista pelas violências que se sucederam desde 2018, os impactos emocionais e no dia a dia do trabalho não cessaram, porém, com as sentenças. Atualmente, a jornalista vive fora do país.

BIANCA SANTANA

### **PROCESSO E DENÚNCIA NA ONU CONTRA BOLSONARO**

Em maio de 2020, dias após a jornalista Bianca Santana escrever em sua coluna no UOL sobre a relação entre a família e amigos de Jair Bolsonaro e os acusados pelo assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL), em 2018, o presidente Jair Bolsonaro usou espaço de sua live semanal no Facebook para acusá-la de “fake news”. Mesmo que não tenha citado uma reportagem específica na ocasião, Bolsonaro associou o nome de Bianca Santana a “uma reportagem de fake news”. Bianca Santana recorreu à Justiça e abriu processo contra o presidente. Em julho de 2020, quando a ação já corria, a jornalista também relatou o seu caso emblemático na ONU, representando uma ação coletiva com organizações da sociedade civil brasileira. A Gênero e Número e a Repórteres sem Fronteiras apoiaram o depoimento na 44ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU), que tinha como objetivo denunciar os ataques do governo Bolsonaro a mulheres jornalistas no Brasil. Naquele mês, Bolsonaro fez um pedido de desculpas público à jornalis-



ta, afirmando que houve um equívoco da parte dele. “Fico animada por meus pedidos no processo terem sido parcialmente atendidos pelo presidente antes mesmo do julgamento, mas sigo com a ação judicial, que tem também o objetivo de inibir que Bolsonaro siga atacando jornalistas”, declarou ela. Em dezembro de 2020, a sentença proferida pela justiça de São Paulo condenou Bolsonaro a pagar R\$ 10 mil à jornalista. A defesa do presidente recorreu, mas em agosto de 2021 o Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou a decisão por danos morais. “Dizer em rede nacional que determinada jornalista divulga fake news é tirar dela o bem mais valioso ao exercício de sua profissão: a credibilidade”, apontava a sentença. “O respiro de confiança na justiça, com o qual a maior parte de nós não pode contar, extrapola o voto de uma desembargadora e dois desembargadores, na manutenção da condenação do réu Jair Messias Bolsonaro. Fiquei mesmo emocionada com o parecer do relator na defesa da liberdade de expressão e na sensibilidade de como essa história mexeu fundo comigo. Que “a dignidade da pessoa humana” anunciada na Constituição e neste acordam seja reconhecida em toda a gente preta, parda e indígena deste país. Laroyê! Kaô! Oraieieô! Okearô! Epa Baba! A indenização de R\$ 10 mil por danos morais será doada integralmente a projetos para a busca de verdade e justiça por Marielle Franco”, escreveu Bianca Santana nas redes sociais.

## **ANONIMATO E AUTOMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA**

O anonimato dos agressores e a automatização dos ataques por meio de robôs facilitam a difusão da violência online e dificultam a punição dos agressores. Segundo os jornalistas vítimas de algum tipo de violência online, 36,7% desconheciam a pessoa que cometeu as ofensas e 12,6% informaram terem sido alvo da ação de bots. Já os perfis públicos representam 18,9% dos ataques.

Políticos, entre eles, presidente da República, ministros, governadores, prefeitos, deputados, senadores e vereadores representam 8,4% dos casos de agressões reportadas pelos jornalistas vítimas de violência online. Apesar de parecer pequeno, este percentual corrobora estudos que indicam a institucionalização da violência contra jornalistas no Brasil, em que a hostilidade contra a imprensa é perpetrada desde o topo do poder executivo federal e é reproduzida por parte da sociedade<sup>1</sup>. Outros detentores de cargos públicos ou perfis ligados ao governo também atuam como propagadores do ódio contra jornalistas. Segundo os participantes da pesquisa, servidores de instituições federais, municipais ou estaduais representam 3,8% dos agressores, enquanto perfis públicos ligados a governos foram responsáveis por 4,6% dos ataques sofridos.

Outra fonte de agressão a jornalistas são os próprios colegas de trabalho. Entre os profissionais que relataram algum tipo de violação contra eles, 3,8% foi atacado por um colega do mesmo nível hierárquico e o mesmo percentual sofreu ofensas online vindas de superiores.

Entre as estratégias para reduzir a violência dentro do ambiente laboral, é preciso falar sobre diversidade: Kátia Brasil, cofundadora do Amazônia Real destaca a necessidade de trabalhar a diversidade de acesso e no trabalho dentro das redações, como uma estratégia para reduzir a violência dentro do ambiente laboral.

*“Eu já participei de reuniões com jovens, com estudante, por exemplo, para discutir diversidade e redação e eu vi jovens da periferia dizerem ‘olha, eu vou lá, faço o teste, mas eu sei que eu não vou passar porque eu não tenho inglês, a minha família não pode me dar uma bolsa, não pode pagar o meu curso de inglês, eu não pude estudar, eu sou uma pessoa que trabalha pra me manter a manter a faculdade’. Então assim, as redações precisam olhar para essa diversidade também, precisam abrir as portas pra isso, não é só abrindo um curso só para pessoas negras em um primeiro momento. Essa janela tem que abrir geral. Ela tem que ficar escancarada para que todas as pessoas entrem com igualdade não só de gênero, igualdade racial e fazer a equidade de fato porque às vezes a equidade fica num plano invisível como se não fosse possível existir, mas é possível. A Amazônia Real é o exemplo disso, a gente trabalha a diversidade internamente dentro das nossas equipes. Em algumas reportagens a gente envia um homem e uma mulher para que não seja uma dupla só de dois homens ou duas mulheres justamente pra dar equidade. Então é possível, não é impossível. Agora, é trabalho. É trabalho e, ao mesmo tempo, é cultura. Você tem que mudar a cultura da sociedade e tem que começar por você, internamente dentro de você, se você não conseguir mudar isso, dentro de você, você não vai conseguir dividir isso com os outros”*

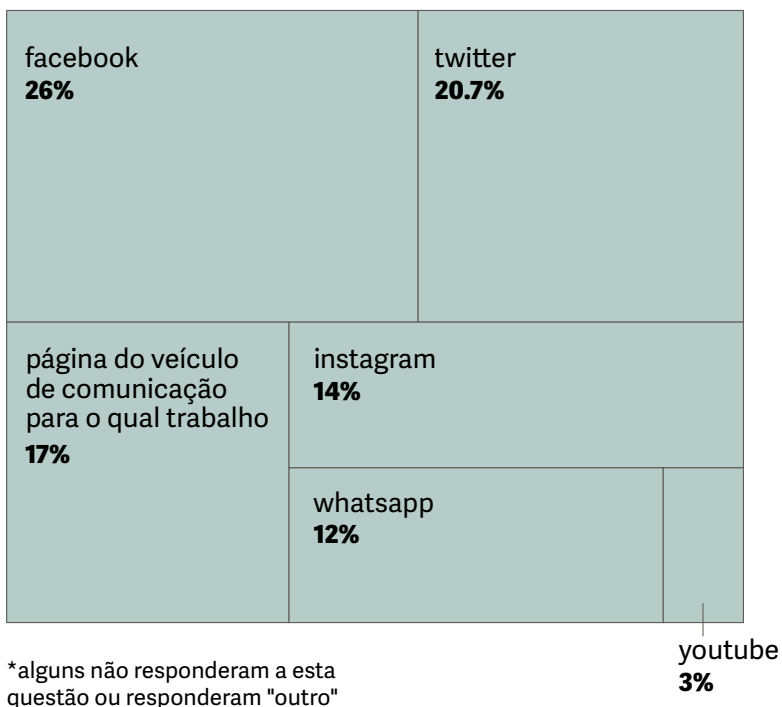
**KÁTIA BRASIL**, COFUNDADORA E EDITORA-EXECUTIVA DA AMAZÔNIA REAL

## **VÍTIMAS E TAMBÉM TESTEMUNHAS DA VIOLÊNCIA ONLINE**

Além de estarem expostos diretamente à violência online, os participantes da pesquisa também relatam já terem testemunhado ataques contra outros jornalistas. Desta forma, pode-se observar que a hostilidade no ambiente digital afeta não somente as pessoas ou organizações selecionadas como alvo, mas também toda a categoria. As respostas mostram um cenário de forte exposição a

riscos online. Com relação ao tipo de violência presenciado contra conhecidos ou colegas de trabalho, xingamentos ou palavras hostis aparecem como problema mais frequente (65,8%). Na sequência, ataque ao trabalho realizado é o segundo principal tipo de agressão testemunhado contra profissionais da imprensa (60,7%). Além disso, ameaças à integridade física, à reputação profissional e pessoal também são destacadas por mais de um quarto dos participantes. Elas ocorrem, principalmente, no Twitter (52,7%), Facebook (46%) e Instagram (34,6%).

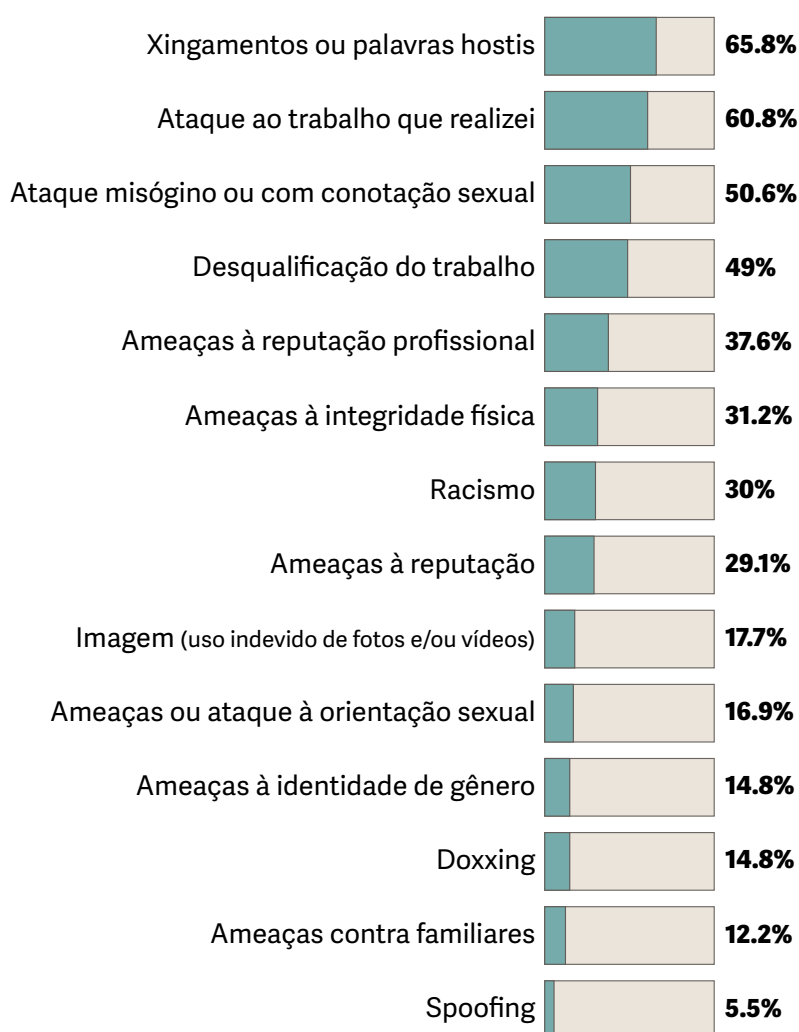
## Onde ocorreu a violência online?



Já em relação às principais fontes dos ataques, elas são as mesmas. Pessoas desconhecidas (56,5%), bots (28,6%) e perfis públicos (verificados - 26,1% e não verificados - 19,8%) aparecem como principais agressores. Apesar disso, a participação de políticos e servidores públicos na violência online contra jornalistas é muito significativa. Nesta questão, os participantes poderiam indicar mais de uma

fonte responsável pelos ataques. Desta forma, entre os políticos, o presidente da República aparece como o segundo perfil com maior percentual de casos presenciados. **Jair Bolsonaro é indicado por 19,8% dos participantes como uma fonte dos ataques contra jornalistas.** Ele fica atrás somente de representantes do Poder Legislativo, como vereadores, deputados e senadores (21,9%). Perfis de prefeitos e governadores representam 10,9%, enquanto ministros aparecem com 7,6%. Já outros funcionários públicos federais somam 11,4% e perfis vinculados ao governo, 13% das indicações.

## Qual foi o tipo de violência online observada?



A partir destes dados é possível verificar uma situação preocupante: apesar de anônimos ou robôs figurarem como as principais fontes de agressão aos jornalistas, representantes públicos eleitos a partir do voto dos cidadãos brasileiros figuram entre os agressores frequentes. Trata-se de pessoas escolhidas para trabalharem a favor dos interesses da população, respeitando a Constituição Brasileira e o sistema democrático. Ao estimular a hostilidade ou ódio contra a imprensa, eles ferem direitos fundamentais, como liberdade de expressão, do acesso à informação e do livre exercício da imprensa, ao mesmo tempo em que buscam intimidar vozes contrárias ou fatos considerados inconvenientes aos seus interesses.

***“Basta você ligar a televisão ou basta você entrar no Twitter ou você assistir alguma live do presidente pra entender que há uma naturalização desse discurso sim, a proliferação dele também e, acima de tudo, algo que torna esse discurso ‘oficial’. Você tem a maior autoridade executiva do país diariamente xingando jornalistas, debochando de jornalistas, agredindo verbalmente jornalistas e isso faz com que todo mundo de uma certa forma se sinta autorizado, se sinta permitido a fazer isso também. Então acho que, desde a campanha de 2018, há tanto uma escalada quanto uma naturalização mesmo [...] O assunto, o motivo que desperta o ódio não interessa na verdade. Interessa construir essa narrativa em que os jornalistas são os vilões, os jornalistas são inimigos do povo, são inimigos do atual governo financiados por grupos, políticos ligados à esquerda, comunistas, marxistas, esquerdopatas, pedófilos etecetera. Então assim qualquer tema escalaria esse discurso. Claro que uma pandemia [do novo coronavírus], um problema dessa magnitude, acirra também qualquer ânimo. Um problema que mexe com vida e com morte, um problema que mudou a vida de absolutamente todo mundo da noite pro dia. Tudo isso se torna combustível na escalada desse discurso, mas eu acho que qualquer tema que for colocado à discussão com esse objetivo de praticamente criminalizar a atividade jornalística vai acirrar, vai tocar fogo ainda mais nesse paio”.***

**CAROLINA MONTEIRO**, COFUNDADORA DA AGÊNCIA MARCO ZERO

## EFEITOS DA VIOLÊNCIA: MUITO ALÉM DAS TELAS

A exposição, mesmo que indireta, à violência online teve impactos diretos no trabalho, na vida pessoal e no comportamento dentro e fora do ambiente digital dos respondentes.

Para diminuir riscos e evitar ataques, 84,6% dos participantes mudaram seu comportamento nas redes sociais nos últimos três anos, independentemente de terem ou não sofrido algum tipo de violência. Trata-se de uma medida protetiva que também pode significar uma forma de auto-coação, uma vez que vários respondentes deixaram de se expressar livremente nas plataformas sociais ou até mesmo mudaram suas práticas profissionais.

Já entre as pessoas que foram vítimas de violência online, os efeitos disso extrapolam o ambiente online e afetam sua vida pessoal e rotina de trabalho. Do total de pessoas que já sofreram algum tipo de violência, 31,2% diminuíram ou mudaram a forma como utilizam as redes sociais em seu trabalho. Além disso, 14,7% dos 118 respondentes que foram alvo de práticas hostis contra eles na internet desenvolveram algum tipo de problema ligado à saúde mental. Já outros 10,1% reconheceram terem perdido o ânimo para realizar suas atividades profissionais.

*"Ao longo de muitos anos já sendo alvo desse tipo de tática eu acabei desenvolvendo algumas estratégias também para lidar com isso. Coloquei todos os filtros nas minhas redes sociais, então eu não recebo a maioria dos comentários, eu não entro nas mensagens pra ler os comentários, eu só vejo o que chega como menção, no caso do Twitter, ou como as mensagens das pessoas que têm suas contas verificadas. Então eu procuro me esquivar um pouco, mas se por acaso eu faço um exercício de, num post mais polêmico ou um post que remeta a uma coluna mais polêmica, dar uma olhada [nos comentários], é uma coisa impressionante. As pessoas realmente naturalizaram dirigir ofensas a jornalistas e principal-*

*mente mulheres, não tem como não dizer que é muito mais violento em relação às mulheres. E muitas dessas pessoas são robôs, muitas usam avatares falsos e nomes falsos, mas muitas colocam sua própria cara, a cara dos filhos ali, fotos com a família, e põem seus verdadeiros nomes e se acham no direito de proferir às vezes até ameaças além das ofensas mais absurdas”.*

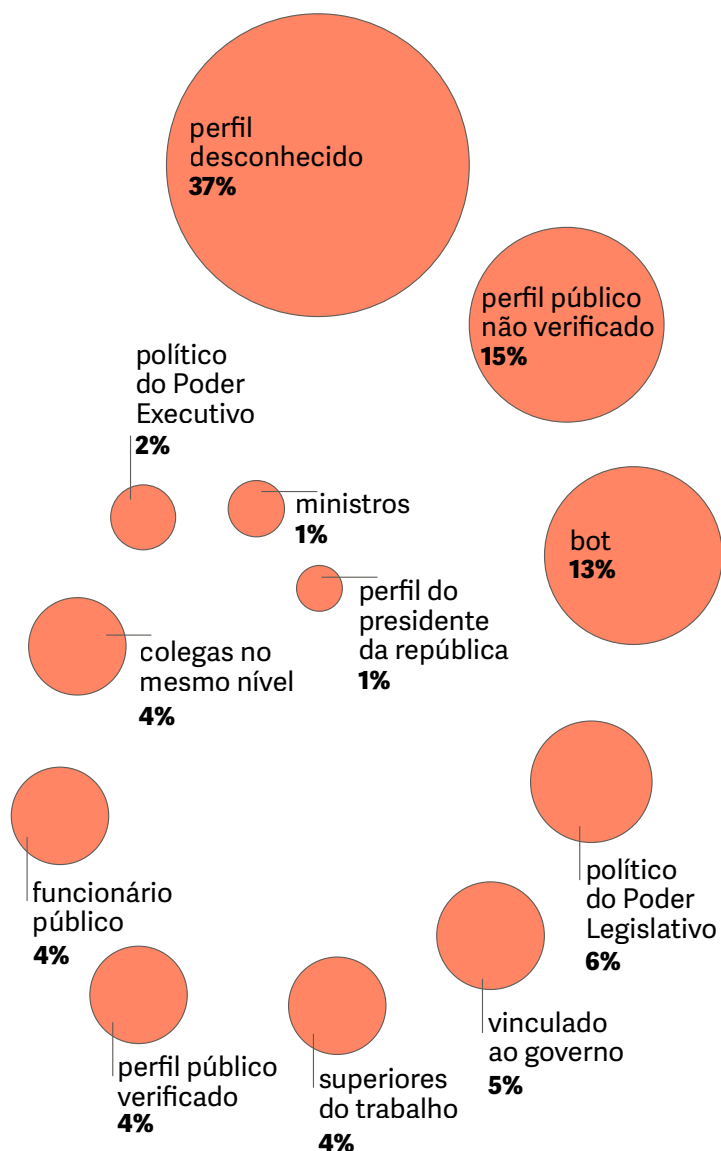
**VERA MAGALHÃES**, COMENTARISTA POLÍTICA E COLUNISTA

Além dos impactos sobre o comportamento e bem-estar psíquico ligados à rotina laboral, foram relatados problemas ligados à própria permanência no emprego. Para 1,2% dos respondentes, a violência online resultou em perda do emprego (demissão). Outros 2,1% decidiram sair do trabalho em que estavam após o ataque sofrido e o mesmo percentual optou por se afastar temporariamente. Considerando a alta rotatividade do mercado e falta de segurança jurídica para os trabalhadores brasileiros, este tipo de situação pode afetar a própria subsistência e perspectiva de carreira do indivíduo, além de ser mais um ponto de pressão sobre quem atua nesse mercado.

Mesmo entre quem continuou atuando normalmente depois de ter sido alvo de algum tipo de violência online, as práticas profissionais mudaram. De maneira geral, os efeitos da violência online na rotina profissional se concretizam como outras formas de violações, desta vez impactando o direito de se expressar e desenvolver suas habilidades profissionais. De acordo com 13,9% dos participantes, desde que sofreram violência online passaram a evitar produzir conteúdos sobre determinados assuntos e 7,2% informaram que deixaram de cobrir algum tema ou editoria temporariamente.



## De onde veio a violência sofrida?



Outro tipo de impacto observado é a invisibilização da própria identidade autoral. Com o objetivo de se proteger dos haters, **5,9% dos jornalistas expostos à violência online admitiram evitar se dar crédito ou assinar conteúdos com seu próprio nome.** Apesar de ser claramente uma ação de proteção, ela também atua no sentido de desqualificação do trabalho intelectual desenvolvido e desmerecimento do trabalho especializado para a produção do conteúdo jor-

nalístico. Para ficar menos vulnerável, esses trabalhadores da notícia adotam medidas que apagam sua própria autoria, ao mesmo tempo que perdem o reconhecimento público do seu esforço de trabalho. Além dos efeitos diretos sobre a produção jornalística, o próprio relacionamento com as fontes pode ser afetado por episódios de violência. Segundo 8,4% dos respondentes, desde a violência sofrida começaram a ter medo ou receio de recorrer a algumas fontes de informação. No sentido oposto, 3,3% informaram que fontes se recusaram a conceder entrevistas. Com isso, observa-se que há um duplo cerceamento do trabalho da imprensa como forma de evitar consequências dos ataques sofridos: por um lado, jornalistas evitam contactar informantes para se proteger - o que pode significar também deixam de fazer questionamentos relevantes para a sociedade para evitar ser atacado novamente -, por outro lado, para não ser alvo de ataques ou em retaliação aos jornalistas, fontes deixam de atender à imprensa<sup>2</sup>.

## **IMPACTOS SOBRE A VIDA PRIVADA**

Nas redes sociais, a figura pública do jornalista se atravessa sobre a vida privada da pessoa física que está detrás do profissional da notícia. Com isso, ataques online geralmente acabam afetando diretamente a vida privada dos alvos, assim como suas próprias famílias. Não é à toa que as ameaças à imagem e reputação são identificadas como problemas frequentes de crimes contra jornalistas na internet.

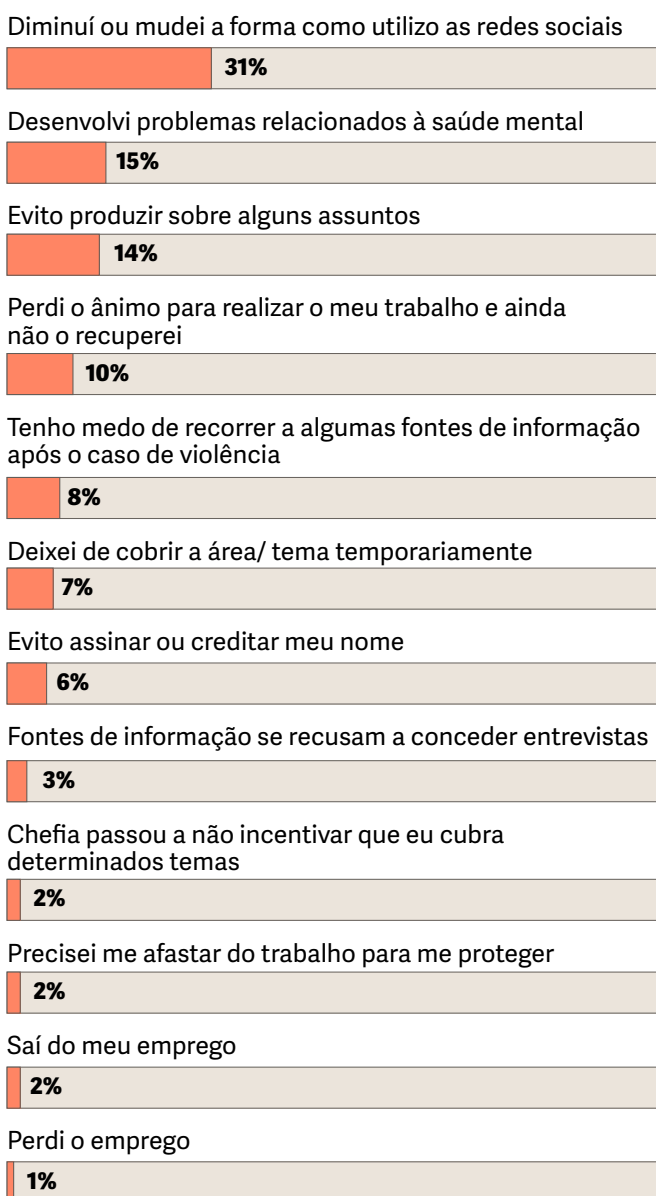
Entre as pessoas que informaram terem sofrido violência online, 45% reconheceram os impactos disso em sua vida pessoal. A maioria informou dois ou mais efeitos em sua rotina fora do trabalho. Quase um quarto (24%) percebeu estar mais inseguro ou ansioso desde o episódio de violência vivido. Esse tipo de impacto está diretamente ligado ao bem estar emocional do indivíduo e também seu direito à liberdade de expressão. Segundo 25,3% dos participantes, ataques online exigiram fechar seus perfis pessoais nas redes sociais.

*"Eu já sofria ataques desde antes do bolsonarismo, também sofri ataques daqueles blogs mais ligados ao PT na época do mensalão, depois na época da Lava Jato, do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, pelo fato de estar em veículos que cobriram de uma maneira bastante crítica também os governos do PT, aliás quaisquer governos porque esse é o papel da imprensa. Então eu era associada a um anti-petismo nessa época e havia já críticas e essas críticas já eram de conotação muito pessoal, eram pouco ligadas às reportagens muito ligadas ao fato "ah, o marido dela trabalha não sei onde, ah ela é casada com não sei quem", esse tipo de ataque misógino, machista que mira no pessoal, mas isso era difundido na blogosfera e em veículos, mas nunca personificada na figura do presidente da República, nem o Lula e nem a Dilma, e isso faz a diferença porque isso autoriza o espalhamento do ataque e a elevação do tom muitas vezes. Então com o Jair Bolsonaro, que eu critico desde antes dele ser eleito, desde a eleição, ele sempre assume, ele e os filhos, o ataque. Ele posta, ele te marca. E aí quando te marca vem uma matilha pra cima de você, marcar a sua arroba. É um apito pros cachorros virem pra cima de você. E aí sempre dessa forma misógina, dessa forma querendo te associar a um ou outro partido, até de petista eu fui chamada pelos bolsonaristas. O ápice, realmente o momento de maior ataque, foi esse em que eu contei que o Bolsonaro estava convocando para atos antidemocráticos e que depois ele até compareceu aos atos corroborando a minha matéria, mas ninguém desmentia a matéria, era sempre um ataque muito violento a mim e aí nessa ocasião vieram ameaças mais claras com a publicação, por exemplo, de onde os meus filhos estudavam, nome da escola dos meus filhos, que eu tive de recorrer para que o Twitter tirasse aquela postagem porque colocava os meus filhos em risco. Foi a vez em que eu senti essa violência de uma forma mais exacerbada, o presidente ir pra uma rede de tevê pra me atacar pessoalmente. Tive até reações físicas, passei mal, então foi a vez mais violenta, foi em fevereiro de 2020. Isso ajuda a gente a desenvolver um certo couro grosso, você vai pra cima, você não se*

*intimida, os veículos para os quais eu trabalho e trabalhava sempre foram muito presentes, inclusive colocando o jurídico à minha disposição, me defendendo em notas, em matérias etc, reafirmando as reportagens, mas certamente cobra um preço em termos de saúde mental. Você se sente de fato fragilizada”.*

**VERA MAGALHÃES**, COMENTARISTA POLÍTICA E COLUNISTA

## Como essa violência impactou o seu trabalho?



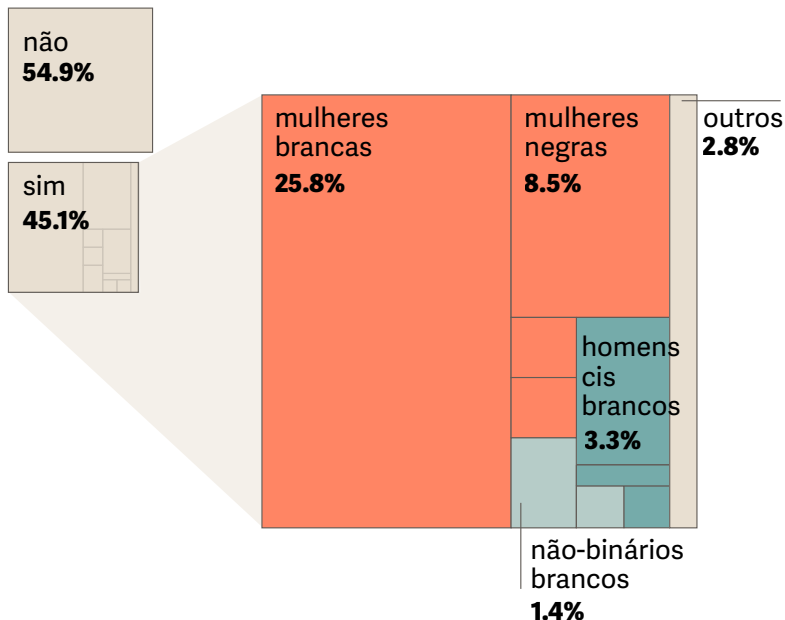
De acordo com esses dados, percebe-se que a mudança de comportamento nas redes sociais busca essencialmente restringir ou até mesmo eliminar a participação nas redes sociais. Uma das pessoas participantes relatou, na seção onde era possível deixar respostas por escrito, e não apenas assinalando: “ao longo dos anos, já refiz diversas vezes os meus perfis. Já tive que refazer oito vezes o perfil no Facebook. Duas vezes o Twitter. Acabei com meu blog. Meu Instagram é para uso profissional, não tem dados pessoais ou familiares”.

As estratégias de proteção adotadas incluem também diminuir temas polêmicos e emissão de opiniões nos perfis das redes sociais, além de ampliar a segurança própria e também dos familiares. “Conversei com toda minha família sobre os riscos do meu trabalho e orientei sobre cuidados com informações pessoais e fotos nas redes. Periodicamente revisamos a segurança do telefone e das contas em redes de cada um”, descreve uma pessoa participante do estudo.

## **INVISIBILIDADE NÃO PODE SER ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA**

A fim de reduzir a vulnerabilidade a ataques online, muitas pessoas passaram a reprimir sua própria identidade, o que por si só representa outros tipos de violações a direitos civis garantidos pela Constituição Brasileira. Omitir a sexualidade ou identidade de gênero passou a ser uma estratégia de proteção para 6,3% dos respondentes. Para alguns a violência sofrida exigiu trocar o número de telefone ou mudar de endereço. Além disso, 2,9% tiveram seu direito de ir e vir afetado porque deixou de sair em público sozinha.

## O episódio de violência sofrido ou observado impactou a sua vida pessoal?



No ambiente online, os jornalistas passaram a adotar uma série de medidas nas suas contas pessoais públicas que vão desde mudar o modo de se expressar nas redes sociais (25,3%) até revisar os conteúdos postados. Pouco mais de 15% dos participantes tiraram fotos suas com familiares ou amigos de perfis públicos e 8% omitiu imagens em que aparecem de corpo inteiro. Outros 4,2% mudaram a forma de se vestir e se expressar como estratégia de proteção às ameaças online.

Estes dados indicam um efeito direto sobre o ser humano que trabalha como jornalista. Muito mais do que impactar no dia a dia profissional, a violência online impõe cercamentos da expressão da personalidade e da própria identidade de gênero ou sexual. Além disso, ela extrapola o mundo virtual e interfere na própria segurança de ir e vir do jornalista. Como resultado dessa condição, 24% dos respondentes afirmam que se sentem mais inseguras ou ansiosas depois de terem sofrido algum tipo de violência online.

Mesmo aqueles que não sofreram ataques digitais admitiram mudança em seu comportamento online nos últimos três anos, como forma de reduzir a vulnerabilidade a crimes virtuais. Do total, 40,9% dos respondentes afirmaram ter reduzido o uso de redes sociais, enquanto 37,5% reforçaram a segurança de seus perfis e retiraram informações pessoais. Além disso, mais de ¼ fechou perfis públicos e outros 22,3% passaram a utilizar esse tipo de conta apenas para fins pessoais. Outra solução encontrada para 19% foi separar contas públicas (jornalista profissional) de perfis privados (a pessoa física que existe fora da redação).

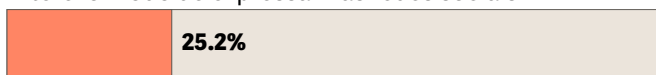
***"A gente já vive numa sociedade que é extremamente machista e misógina, em que ser mulher não é fácil. A gente tem medo de andar na rua independente da nossa profissão só por ser mulher, sendo lésbica duplamente, porque as lésbicas sofrem ameaças de estupro corretivo. Então já é uma dupla violência aí e isso já te atinge na esfera pessoal. E quando isso te atinge também na esfera profissional é muito pesado. Então eu já vivi situações de lesfobia no trabalho, sabe? E olha que eu só trabalhei em lugar de esquerda. É muito complicado. Mexe muito porque toda a minha vivência também está pautada na minha sexualidade e eu nunca escondi que eu sou lésbica, nunca chamei namorada de amiga, não vou me esconder, mas é sempre muito complicado porque é sempre viver essa agonia, essa angústia, é violência em dobro. Quando os bolsonaristas descobrem que você é lésbica o discurso muda. Então já não é só "ah você é burra, você é ignorante, você é vendida, você é comunista". É "você é tão..", uma coisa que já me falaram é que eu escrevi as minhas reportagens daquele jeito porque eu tinha inveja do pênis dos caras porque eu queria ter um pênis e eu não tinha. Então a minha amargura na hora de escrever uma reportagem, denunciar violências era por conta disso. Então é uma violência muito pesada isso. Já falaram que eu tenho inveja de homem, que eu nunca vou ser amada, que eu sou uma sapatona fedorenta, enfim. Já falaram N coisas. Então é isso, são múltiplas violências e tem sim uma específica sobre sexualidade e tem sim***

*sobre gênero porque nós somos ameaçadas de estupro o tempo inteiro. O tempo inteiro. Os homens sabem que o estupro é uma das maiores violações. Na minha opinião a maior que uma mulher pode sofrer e eles usam isso. Usam muito.*

**MARTHA RAQUEL RODRIGUES**, REPÓRTER

## Como episódio de violência impactou a sua vida?

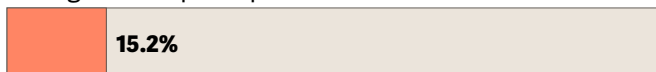
Alterei o modo de expressar nas redes sociais



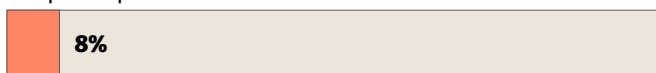
Me sinto mais insegura/o e/ou ansiosa/o



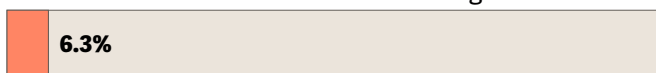
Retirei fotos minhas com familiares e amigas/os de perfis públicos



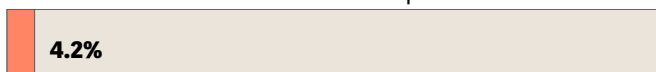
Omiti fotos que apareciam meu corpo inteiro em perfis públicos



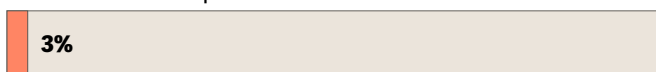
Omiti minha sexualidade e identidade de gênero



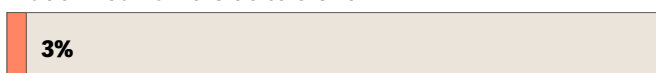
Alterei o modo de me vestir e me expressar



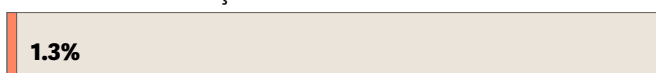
Deixei de sair em público sozinha



Mudei meu número de telefone



Mudei meu endereço



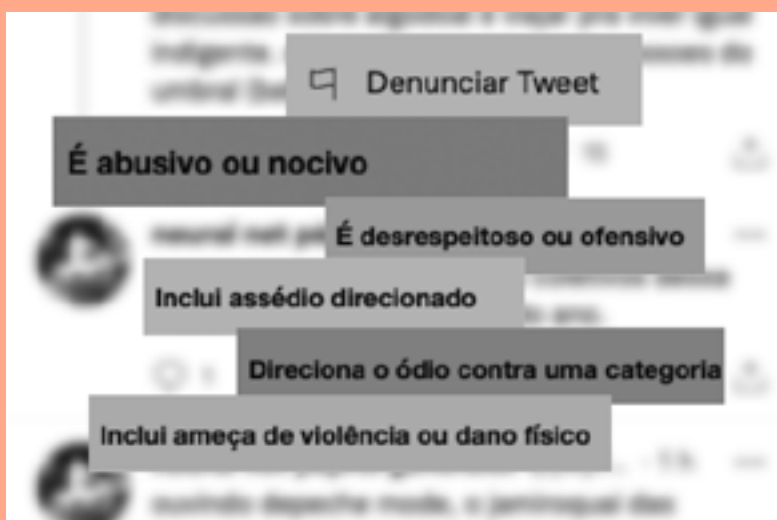


## Notas do capítulo

- 1** De acordo com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em 2020, Jair Bolsonaro foi o principal agressor de jornalistas do país, correspondendo a mais de 40% dos ataques sofridos por eles. Entre os ataques contra mulheres jornalistas, o político foi o segundo maior agressor, ficando atrás apenas de anônimos na internet que, em geral, atuavam em ataques coordenados contra as vítimas.
- 2** Um estudo da Unesco demonstra o efeito da violência online contra as jornalistas mulheres. Entre os principais achados, ele indica que a desinformação é utilizada como uma estratégia comum em ataques multiplataforma. Eles vêm acompanhados de ataques misóginos, assédios e ameaças com o objetivo de desacreditar a profissional. Como efeitos, observa-se estratégias de auto-censura, violência offline e dificuldades de acesso a fontes de informação. Mais informações em: Poseti, Julie et al. [The Chilling: Global trends in online violence against women journalists.](#) Unesco, 2021.

EIXO 3

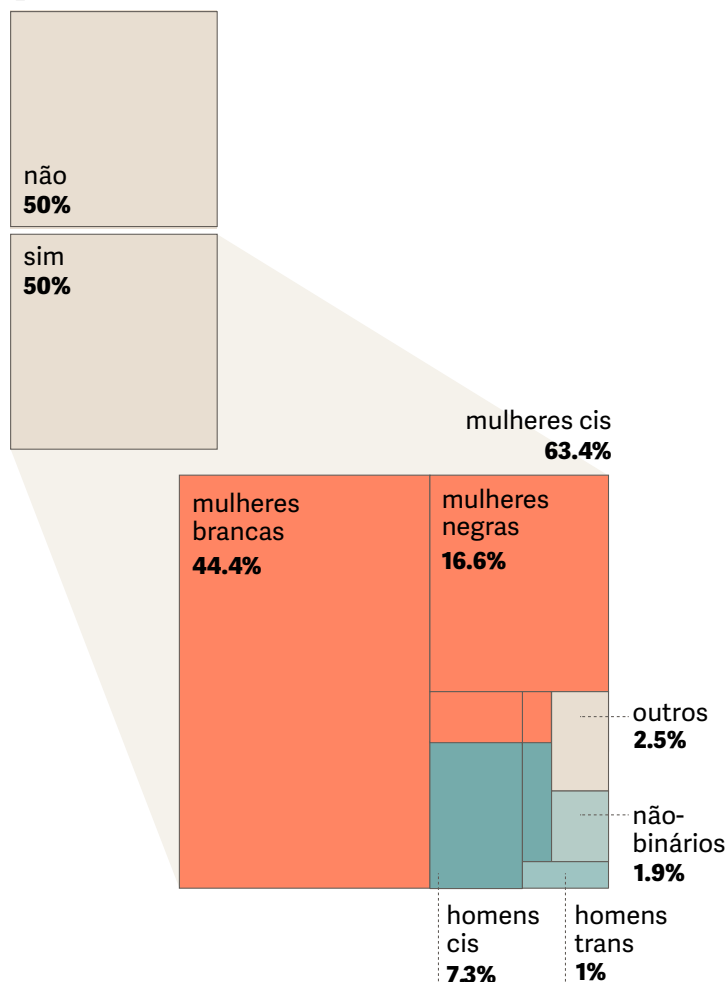
# platafor\_ \_mas e proteção



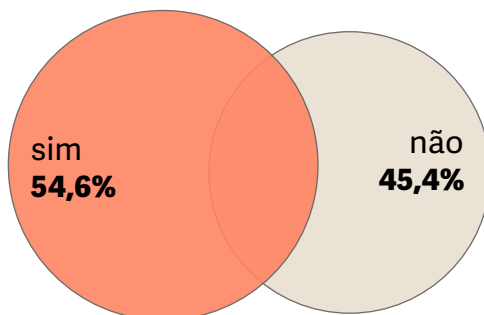
## FALTA DE RESPOSTA AINDA É OBSTÁCULO PARA A PROTEÇÃO

Violência online contra jornalistas brasileiros é um crime praticado por perfis públicos ou privados que buscam desacreditizar, intimidar e ferir a reputação dos profissionais da imprensa. A maioria segue impune e sequer é advertida pelas plataformas ou questionada judicialmente. Em busca de alguma proteção, **52,4% dos respondentes da pesquisa adotam medidas de segurança para evitar ataques nas redes sociais**. Além disso, 76,1% utilizam ferramentas de segurança digital e configurações de segurança e privacidade disponibilizadas pelas próprias plataformas.

### Você usa ferramentas de segurança digital e configurações de privacidade disponibilizadas pelas plataformas?



## Você já denunciou algum tipo de violência sofrida por você ou por outra/o jornalista a plataformas digitais?



### CONFIRA ALGUMAS PRÁTICAS, SEGUNDO DEPOIMENTOS COLETADOS PELA PESQUISA

Entre as atitudes de proteção descritas nas respostas abertas da pesquisa, um dos jornalistas explica que adotou “gerenciador de senhas, aplicativos de comunicação encriptados”. Outro comenta que delimitou “limite de comentários, [faz] gerenciamento diário das redes sociais, [adotou] filtros anti palavras ofensivas, preconceituosos etc.” Além disso, outra respondente indicou fazer uma “avaliação constante das redes, mudança de números de celulares, aviso nos aplicativos se alguma das minhas senhas for invadida”.

Alguns jornalistas afirmam manter dois perfis diferentes, como tentativa de separar a vida pessoal da profissional e reduzir os riscos. Uma das respondentes explica que possui perfil público em apenas uma rede e com “baixa interação”. Mantém os perfis pessoais fechados, também usa “filtros dentro dessas redes de quem pode ver/interagir” e não compartilha “nenhuma informação pessoal”.

Além disso, há aqueles que buscam dar mais atenção às pessoas que os seguem. “Coloquei todos os meus perfis para me avisar

sobre novos seguidores, que dependem da minha aprovação. Não libero mais meus perfis a qualquer pessoa, por receio de que os seguidores sejam bolsonaristas infiltrados com objetivo de propagar ameaças”, declarou outra jornalista.

Para reforçar a segurança online de forma mais efetiva, alguns respondentes se utilizam de estratégias como verificação em duas etapas, senhas fortes e mudança de senhas com frequência. Não divulgar dados pessoais ou indicar conexões de parentesco ou amizades próximas também são estratégias indicadas pelos participantes da pesquisa, como forma de proteção.

Mesmo adotando estratégias de segurança online, os respondentes ainda seguem muito expostos e vulneráveis aos haters do mundo virtual, que podem ser anônimos ou figuras públicas bastante conhecidas. Muitas vezes, o próprio desconhecimento de ferramentas de segurança online é um obstáculo que acaba expondo os jornalistas a riscos.

Isso fica evidente quando as pessoas que indicaram adotar medidas de segurança foram solicitadas a descrever quais seriam as estratégias adotadas. “Evito muitos temas, não posto fotos pessoais nem de familiares, não replico certas notícias ou posts”, descreveu uma pessoa participante. Outro participante comentou: “apaguei parte das redes sociais e não me expesso publicamente”. Limitar a própria liberdade de expressão é o comentário que aparece de forma mais recorrente, como estratégia de proteção.

Portanto, suprimir a própria liberdade de expressão acaba sendo entendido como uma forma de proteção aos abusos online para muitos participantes. Independente de terem consciência ou não da autocensura imposta como forma de se preservar, essa é uma ação recorrente entre aqueles que indicaram adotar estratégia de proteção. A intimidação de expressar a própria opinião ou mesmo atuar de forma profissional aparece de diferentes formas. Uma das pessoas participantes descreveu que suas “opiniões políticas não

são expostas como gostaria por medo e para fugir de conflitos”. Outra disse que “evita fazer posts polêmicos ou comentar em publicações com temas polêmicos, mesmo que seja para indicar uma desinformação ou informação incorreta”. Um respondente informou que “adotou um codinome pra poder estar em determinadas redes. Em outras apaguei todo o conteúdo político anterior ao ano de 2018 e a partir daí só tem postagem de bicho, planta e coisas neutras.”

## **FALTA DE RESPOSTA E IMPUNIDADE**

De acordo com os dados dessa pesquisa, apesar de existirem esforços por parte dos jornalistas de denunciarem os casos de violência para as plataformas sociais, a resposta a estes crimes ainda é muito baixa. Para os participantes deste estudo, ela quase inexistente do ponto de vista legal.

**O número de pessoas que buscaram reparação judicial pelos crimes sofridos corresponde a 5,3% do total, ou seja, não representa um décimo dos participantes.** Os outros 94,1% informaram não ter entrado com ação na justiça contra os agressores. Isso demonstra um cenário de impunidade e intimidação que compromete não somente a prática profissional, mas também invade a vida privada e pode gerar impactos para a saúde da vítima.

Para 11 jornalistas que acionaram a justiça ou a polícia, os resultados das denúncias não pareceram suficientes. Quando questionados sobre qual o resultado da ação, a maioria informou que o processo ou está em andamento ou não houve decisão favorável. Uma das pessoas participantes descreveu que a ação movida “não deu em nada”, porque a direção do veículo solicitou para que a queixa fosse retirada e, como isso não ocorreu, tentou dissuadir a jornalista de continuar. “Não tive qualquer demonstração de apoio ou solidariedade da empresa ou de colegas de trabalho”, complementou a profissional em uma resposta aberta.

Outra profissional afirmou que, após sofrer por cerca de uma década xingamentos, ameaças e difamações de cunho misógino, foi processada pelo autor dos ataques. “Entrei com reconvenção. Nunca tivemos nenhuma audiência. Ele abandonou o processo”. A jornalista explica que o agressor foi condenado à revelia a pagar indenização, mas ainda não cumpriu a sentença. Outra pessoa alega que, após aconselhamento jurídico, desistiu de denunciar “porque na avaliação deles a legislação não me ampararia”, explica.

*“Uma das pautas que eu trabalhei muito desde o início da minha carreira foi a violência contra a mulher, violência de gênero. Então esse sempre foi um assunto delicado de tratar mesmo dentro das redações. Sempre tinha que ter uma justificativa, um super número para abordar o assunto. Eu sempre senti uma certa resistência. Vou dar um exemplo: uma vez eu fui participar de um evento do Instituto Patrícia Galvão em São Paulo sobre cobertura de feminicídio e aí aquela discussão foi muito importante pra mim porque foi uma virada de chave. Faz bastante tempo já. Foi debatido o uso do termo “crime passionai”, que a gente usava muito, jornalismo usava muito o termo “crime passionai” e aí se entendeu que não cabia mais usar o “crime passionai” que não fazia o menor sentido, o feminicídio, a lei do feminicídio ela veio pra justamente acabar com essa ideia de passionalidade. E aí eu trouxe essa ideia para redação e imaginava que ia ser super bem aceita e na verdade eu enfrentei várias resistências e tive que fazer um trabalho, grande esforço exaustivo para explicar o porquê tecnicamente não deveria mais se usar esse termo. Então, esse é um assunto que eu percebo que sempre tem um embaate, provoca muito as emoções das pessoas. Eu fiz várias matérias investigativas, várias denúncias e obviamente isso incomoda pessoas e instituições. Então fui acostumada a ter que lidar com processo, mas era diferente porque o alvo eram os veículos. Então a gente tinha uma certa proteção, equipe jurídica ali do veículo para responder. Era muito no sentido assim, “ah, não quero que meu nome apareça na reportagem”. Então era normal isso, às vezes a polícia abria uma investigação e te chamava pra prestar um depoimento, mas de*

*uns tempos pra cá, especialmente durante o governo Bolsonaro, a gente tem percebido olhando a situação de colegas, que os ataques têm sido muito mais pessoais, voltados diretamente pro jornalista. E isso é uma forma de intimidar e de silenciar também o profissional, especialmente quem trabalha como freelancer, como agora eu estou trabalhando. É algo que te deixa um pouco mais inseguro. Porque querendo ou não tu não tem um veículo por trás de ti, e tu está trabalhando sozinho. E claro que quando você faz uma matéria para um veículo, aquele veículo também se responsabiliza, mas tu não faz parte daquele veículo, tu está fazendo uma matéria para aquele veículo, então eu sinto que cada vez mais os jornalistas que trabalham por conta, sozinhos, acabam ficando mais inseguros. Depois do que aconteceu com [o caso] Mariana [Ferrer], por exemplo, tive todo o suporte jurídico e estou sendo bem atendida assim. Mas quando tu vai fazer uma outra matéria, fica pensando duas vezes, né? Eu continuo fazendo reportagem, mas algumas pautas eu abri mão porque ia ter que bater de frente com os mesmos poderes aqui em Santa Catarina e eu falei "bom não é o momento para isso". Orientei a pessoa que trouxe a denúncia pra mim a procurar um outro jornalista. Talvez se fosse em um momento diferente eu teria coragem de pegar essas pautas e seguir fazendo o meu trabalho, né? [...] Quando tu processa um jornalista, é uma forma de intimidar o trabalho dessa pessoa. Então eu acho que a gente tem visto mais ações judiciais movidas contra jornalistas, então eu acho que isso impacta sim no trabalho, acho que isso mina um pouco o trabalho. De certa forma tem uma interferência. Eu estou também respondendo a processos, então é algo que breca um pouco a atuação, e às vezes até assim, manifestações por meio de nota que às vezes traz uma ideia, que movimenta uma ideia contrária ao trabalho do jornalista".*

**SCHIRLEI ALVES, REPÓRTER**



## **DENÚNCIAS JUNTO ÀS PLATAFORMAS**

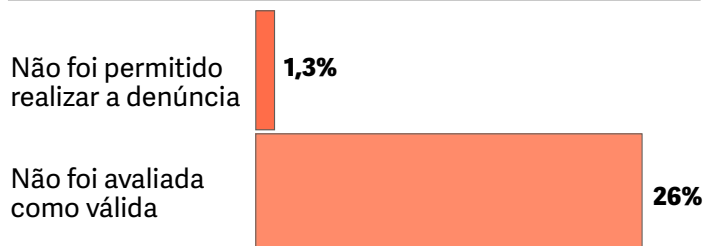
A dificuldade de se identificar e punir os agressores é um obstáculo que ajuda a perpetuar a violência contra jornalistas, comunicadores e defensores de direitos humanos no Brasil<sup>1</sup>. Outra forma de se buscar reparação - ou redução - dos ataques online é denunciar abusos sofridos para as próprias plataformas.

De acordo com as jornalistas participantes, 54,6% já reportaram ataques online sofridos diretamente para as plataformas digitais. Esse percentual representa pouco mais da metade das pessoas que já foram agredidas no ambiente virtual, ao mesmo tempo em que também denuncia uma parcela significativa (45,4%) que preferiu não denunciar, sequer nos canais oficiais das redes onde ocorreram.

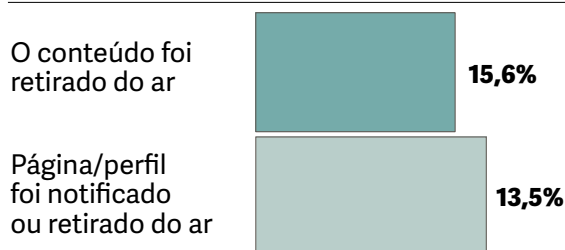
A sensação de impunidade aumenta quando se observa o tipo de resposta oferecida pelas plataformas aos casos denunciados. Entre os jornalistas afetados pela violência online e que denunciaram, apenas 29,1% tiveram algum tipo de resposta. De acordo com 13,5%, a denúncia foi atendida e a página ou perfil agressor retirado do ar. Outros 15,6% dos participantes que reportaram casos de violência informaram terem seus pedidos atendidos pelas plataformas e os conteúdos denunciados foram retirados do ar.

## Como a plataforma respondeu a sua solicitação?

### A DENÚNCIA NÃO FOI ATENDIDA



### A DENÚNCIA FOI ATENDIDA



No sentido inverso, mais de um quarto das pessoas que sofreram alguma violação online (26,1%) não tiveram suas reclamações avaliadas como válidas pelas plataformas, enquanto 1,3% sequer conseguiu realizar uma denúncia na plataforma em que ela ocorreu.

## REDES DE APOIO E SUPORTE

A ausência de resposta adequada por parte das plataformas e da própria justiça demanda ações por parte das organizações jornalísticas, sociedade civil organizada, implementação de mecanismos de proteção e legislação adequada para fiscalizar e punir esses crimes. “Apoio público de outras pessoas é essencial, especialmente de pessoas relevantes”, comenta um profissional.

Quando questionados sobre quais seriam as medidas necessárias para melhorar a proteção, alguns jornalistas apontam a responsabilização das plataformas como um caminho. “Penso que as redes sociais deveriam ser responsáveis ou responsabilizadas pelos ataques feitos. Acho que demora muito para retirar do ar as contas que cometeram o crime”, opina jornalista participante da pesquisa.

## Você é favorável a uma legislação específica mais dura para responsabilizar a produção e a disseminação de notícias falsas?

Sim, deveria existir uma lei que punisse a pessoa/organização por essa produção e/ou disseminação.	<b>52.5%</b>
Sim, deveria existir uma lei que proibisse a pessoa/organização de seguir produzindo conteúdo.	<b>35.3%</b>
Sim, deveria existir uma advertência à pessoa/organização por essa produção e/ou disseminação.	<b>7%</b>
Não	<b>5%</b>

0.5% dizem que é indiferente

Outros indicam a necessidade de as empresas jornalísticas assumirem um papel mais ativo na segurança e suporte dos profissionais. “Acho que de forma geral, os grupos de comunicação precisam dar mais apoio. Disponibilizar o departamento jurídico é um bom começo. Porque no meu caso a ameaça foi real e a empresa agiu como se nada tivesse acontecido, aliás como se eu fosse a culpada. Isso deixa marcas psicológicas”, comenta uma das entrevistadas.

Redes de suporte e proteção a jornalistas formadas por organizações da sociedade civil também podem ser alternativas para auxiliar profissionais que sofrem ataques online ou são alvo de ações judiciais. Um exemplo é o caso da jornalista Shirlei Alves. Em novembro de 2020, ela realizou uma reportagem para o Intercept Brasil sobre o caso de estupro de Mariana Ferrer, em um beach club de Florianópolis. A reportagem “Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhando jovem<sup>2</sup>” denunciou a forma como a jovem foi tratada durante audiência de custódia que absolveu o acusado pelo crime. A repercussão do caso virou trend topics do Twitter e abriu um grande debate sobre o tema. Por causa disso, a jornalista foi perseguida e sofreu ataques misóginos em suas contas nas redes sociais. Além disso, ela passou a responder processos na justiça e o Intercept Brasil teve que editar a reportagem e o vídeo que abria a página<sup>3</sup>. Uma rede de apoio formada por diferentes entidades auxiliou a profissional durante o período de ataques e ela ainda conta com suporte jurídico para se defender dos processos movidos contra ela. Apesar disso, a carga emocional permanece.

***“O apoio jurídico eu recebi do Intercept, to recebendo, to sendo atendida por eles, pela equipe jurídica deles, então quanto a isso, assim, foi desde o início apoio editorial, apoio jurídico, acho que quanto a isso não tive nenhum problema, foi bem tranquilo mesmo. O mais difícil é lidar emocionalmente mesmo com isso. Houve uma articulação grande das redes, das instituições, a Repórteres***

sem Fronteiras foi uma que se manifestou, a ABRAJI foi acho que a primeira instituição que me deu apoio, mas um apoio não só de publicar uma nota, eles me ligavam toda semana, pra saber como eu estava, se eu precisava de alguma coisa, também me ofereceram suporte jurídico, mas aí como eu já tinha do Intercept não tinha necessidade. Me deram umas orientações por telefone também, com relação mais aos ataques nas redes. Então a Fenaj, também o sindicato aqui dos jornalistas de Santa Catarina, foram muitas instituições que me deram esse suporte. Fiz várias reuniões com a Artigo 19, porque eles dão essa orientação assim de como agir, o que fazer. Só que o time das instituições não é o mesmo time da rede de ódio, sabe? Minha sugestão é que a articulação seja mais rápida, e seja mais. Porque a rede de ódio é muito rápida, como eu te falei foi da noite pro dia, eu dormi de um jeito e acordei de outro. Eu lembro disso, do exato momento em que isso aconteceu, foi naquela semana, a gente publicou acho que na segunda ou na terça, aí começou a repercussão a crescer, a crescer, crescer; na sexta-feira eu dormi de um jeito e no sábado eu acordei de outro, completamente assustada com o que tava acontecendo sem entender nada. Então eles são muito rápidos, é uma ação em massa. A articulação do outro lado do suporte tem que ser também mais rápida porque o impacto psicológico é muito grande, não é só uma questão de ter assessoria jurídica tal, claro que isso é importante, que bom que deu tudo certo com relação a isso, não precisei me preocupar com relação a isso, mas eu acho que tem impacto emocional nisso também sabe? Então essa articulação precisa ser cada vez mais ser engajada. E aí estando próxima dessas instituições, dessa rede, eu percebi que eles também estão tentando entender como que isso tá acontecendo e como que podem agir.[...] Eu acho que as instituições também precisam olhar pra isso, olhar pro trabalho do jornalista freelancer, autônomo ou como quiserem chamar, né? Mas houve sim articulação, eu fiquei muito grata, sou muito grata pela articulação que aconteceu, pelas notas de solidariedade, de apoio ao meu trabalho. E com relação às plataformas, o coletivo Jornalistas Contra Assédio promoveu uma reunião com o Twitter, a

*gente conseguiu conversar com eles e eles apagaram dois tuítes, eles excluíram dois tuítes que eram mais fortes. Mas eu denunciei todas as mensagens nas plataformas. Esse tipo de violência eu denunciei vários posts e eles não foram apagados. No Instagram nenhum foi apagado, então eu senti que faltou articulação das plataformas. É difícil contar com elas [plataformas] assim porque tem perfis ali que têm histórico só de ataques, então por que esse perfil ainda tá disponível ali? Por que que não tem uma ação com relação a isso? Eu acho que não tem muito, não vejo muita articulação, muito interesse das plataformas em combater essas redes de ódio”.*

**SCHIRLEI ALVES**, REPÓRTER

## Notas do capítulo

- 1** Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Situação dos Direitos Humanos no Brasil. CIDH/OAS, 2021, <http://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>.
- 2** Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>.
- 3** Mais informações em: <https://theintercept.com/2020/12/20/juiza-determinou-edicao-reportagem-mariana-ferrer/>.

**recomen\_**  
**\_dações**



A produção e a disseminação massiva de informações falsas, associadas ao aumento da violência online contra jornalistas, impõem um dos maiores desafios para a garantia do direito à liberdade de expressão na próxima década. Não existe uma solução única para acabar com a desinformação e seus desdobramentos nocivos para as democracias. Para enfrentar o fenômeno, é necessário que haja um envolvimento ativo por parte de diversos setores da sociedade.

A **Gênero e Número** e a **Repórteres sem Fronteiras** trazem uma série de recomendações que apontam caminhos que passam pelos papéis do Estado, das plataformas e dos meios de comunicação, com destaque para ações transversais que levem em consideração as particularidades da violência online contra mulheres jornalistas.

## Aos Estados

1. Reconhecer que ameaças e outras formas de abuso online contra mulheres jornalistas e profissionais da mídia constituem um ataque direto à liberdade de expressão. Os agentes públicos devem adotar um discurso que contribua com um ambiente favorável ao livre exercício do jornalismo, o que inclui não incitar a violência contra jornalistas quando há discordância com o conteúdo de comentários e reportagens.
2. Garantir que haja legislação adequada para responder de maneira eficaz à violência de gênero em particular contra mulheres jornalistas e comunicadoras. O que inclui reforçar o arcabouço legal para restringir o assédio a jornalistas online e aplicá-lo com rigor. Todas as políticas públicas relativas à questão da violência no ambiente digital devem levar em consideração a dimensão de gênero das violências online que visam, com mais frequência, as mulheres jornalistas.

- 3.** Garantir que o sistema penal esteja preparado para receber, processar e julgar casos de violência de gênero, especialmente contra mulheres jornalistas, seja fisicamente ou virtualmente, para assegurar que os casos de violência de gênero e assédio online sejam sistematicamente investigados e que os autores sejam processados e condenados.
- 4.** Reforçar a responsabilidade das plataformas online com relação às práticas de transparência, em particular no que diz respeito à moderação de conteúdos considerados danosos e à conformidade do funcionamento de seus algoritmos com os princípios da liberdade de expressão e de informação.
- 5.** Desenvolver políticas públicas no âmbito da educação midiática (media literacy), para sensibilizar os usuários de internet sobre o funcionamento da rede, cuidados com privacidade e segurança digital e impacto do assédio online e da desinformação e sua disseminação no ambiente digital.
- 6.** Proteção de dados pessoais como medida para fortalecer enfrentamento da desinformação.
- 7.** Buscar rápidos instrumentos de reparação do dano, considerando o alcance e a velocidade da distribuição da mensagem que motivou a garantia de direito de resposta, a fim de que este possa chegar a um público amplo e potencialmente atingido. Ao conceder direito de resposta, o Judiciário deve levar em consideração o alcance e a velocidade da publicação do conteúdo que motivou o pedido de reparação e propor medidas que viabilizem repercussão ampla.

## Às plataformas

- 1.** Garantir transparência com relação às suas regras de moderação de conteúdos. Devem reforçar a publicidade e informar publicamente suas ações de enfrentamento ao assédio online contra mulheres jornalistas e comunicadoras.
- 2.** Enfrentar as campanhas orquestradas de assédio online, especialmente aumentando o número de pessoas naturais envolvidas na identificação dos conteúdos e dando maior celeridade ao desmantelamento de redes organizadas que atuam de maneira sistemática para disseminar conteúdos avaliados como danosos pelas plataformas.
- 3.** Facilitar a denúncia de violências para as vítimas, instaurando canal de alerta de urgência para jornalistas que sofram ameaças e ataques online.
- 4.** Buscar rápidos instrumentos de reparação do dano, considerando o alcance e a velocidade da distribuição da mensagem, a fim de que este possa chegar a um público amplo e potencialmente atingido.
- 5.** Colaborar ativamente com a justiça nas investigações sobre a violência online contra as jornalistas.
- 6.** Desenvolver campanhas de comunicação e conscientização pública sobre violência online visando especificamente falar do ataque a jornalistas, sobretudo as mulheres.

## Aos meios de comunicação

- 1.** Desenvolver dentro das redações protocolos e diretrizes destinados a atender integrantes das equipes sobre todos os tipos de violência de gênero e sobre como reagir (canais de escuta, linha telefônica de ajuda para mulheres vítimas de violência, cartazes, intervenções, lista de associações que trabalham com o tema, pessoa de contato no veículo, etc.) para garantir o suporte e a proteção da profissional assediada.
- 2.** Instaurar sistema de emergência interno para casos de ameaças ou ataques virtuais - tanto em termos de moderação dos conteúdos em questão, como de apoio psicológico e/ou jurídico à jornalista vítima.
- 3.** Capacitar a equipe em cargos de gestão para facilitar a detecção de ataques e o suporte às vítimas de violência. Produzir e divulgar materiais destinados a informar e a atender integrantes das equipes sobre as diretrizes e os protocolos adotados para buscar se antecipar às ameaças.
- 4.** Promover a formação de jornalistas para enfrentarem, sempre que necessário, quaisquer atos de violência online com recursos de segurança digital. A adoção de reflexos e comportamentos adequados em tais situações pode colaborar com os serviços competentes das plataformas em que atuam os trolls ou assediadores.
- 5.** Apropriar-se do tema do assédio online de jornalistas, multiplicar as reportagens e investigações, com o objetivo de informar e sensibilizar o público em geral, a profissão e as autoridades sobre esses desafios ainda pouco conhecidos.

## Aos jornalistas

Diante da violência online, a GN e RSF recomendam a todos os meios de comunicação e aos jornalistas reforçar os elementos básicos de formação em segurança digital.

### Antes de sofrer um ataque (PREVENÇÃO)

- 1.** Jornalistas estão especialmente expostos à violência online. Na maioria dos casos, os ataques tomam a forma de agressões morais, ofensas e xingamentos, que visam desacreditar e desestabilizar emocionalmente. Em casos mais graves, mas nem por isso raros, envolvem ainda ameaças diretas, hackeamento de contas e exposição pública de dados pessoais. Entender esse contexto é em si um aspecto importante para qualquer estratégia de prevenção.
- 2.** Levantar em consideração as especificidades desses ataques, que visam, principalmente, as mulheres.
- 3.** Os jornalistas devem adotar regras indispensáveis de segurança digital, tais como:
- 4.** Usar senhas fortes. Use senhas diferentes em cada conta, caso contrário, você vai arriscar todas as contas em uma possível invasão. Se você acha que pode esquecer as senhas, use aplicativos para gestão de senhas, como o Keepass e o Dashlane!.
- 5.** Habilite a autenticação de dois fatores para uma dupla verificação de segurança em todas as suas contas.
- 6.** Cuidado com os ataques do tipo phishing, nunca clicar em um link suspeito ou abrir arquivos de origem desconhecida.
- 7.** Remover qualquer informação pessoal online (gerenciar os critérios de confidencialidade nas redes sociais, por exemplo, passando sua conta de Instagram para modo privado, etc.)
- 8.** Se não fizer isso, avaliar sempre os riscos e, sobretudo, o equilíbrio entre o risco envolvido para você (desvio de fotos de seus filhos, etc.) e as vantagens (prazer de compartilhar suas fotos pessoais). Separe o conteúdo profissional do conteúdo pessoal. Configure sua conta para que o conteúdo pessoal seja exibido

somente para pessoas que você confie. Uma medida de prevenção é criar perfis pessoais com nomes diferentes daquele que você usa para assinar suas reportagens.

9. Cuidado com a geolocalização automática, que o/a localizam imediatamente.
10. Não deixar o seu número de telefone pessoal disponível online (ou em uma resposta automática de ausência, por exemplo)
11. Não utilize sua conta de rede social para fazer cadastros em outros sites.

## Durante o ataque

1. Sinalize e bloqueie os conteúdos abusivos nas plataformas em questão.
2. Informe seus colegas e superiores.
3. Guarde provas, formando um dossiê com todos os rastros do assédio. Pedir a alguém próximo que faça este trabalho caso você não queira ler os insultos e ameaças contra você.
4. Faça capturas de tela.
5. Aposte na solidariedade jornalística. Alguns jornalistas vítimas de assédio online respondem com uma contraofensiva, reunindo apoio por meio de uma hashtag.
6. Não alimente os trolls. Os ataques são, geralmente, extremamente violentos, mas de duração limitada. Desconecte-se por algumas horas, se necessário.

## Após o ataque

1. Sua conta foi hackeada: avise suas fontes, ou a RSF, para protegê-las, pois elas podem ser visadas.
2. Utilize os mecanismos de comunicação de casos de assédio disponibilizados pelas plataformas e pelas autoridades.
3. Se possível, você pode prestar um testemunho para fornecer uma prova incontestável.
4. Você pode prestar queixa na delegacia (e insistir para que seja de fato uma queixa, não um registro de ocorrência).

**metodo\_**  
**\_logia**

## **Metodologia**

Por Natália Leão

Essa pesquisa foi orientada sob a percepção de que o momento em que vivemos, de crises múltiplas, requer atenção e produção de dados contínuas sobre o momento hostil para a imprensa brasileira, para que possa ser visibilizada e mantida no debate público a importância da garantia plena da liberdade de imprensa e da não-discriminação por gênero, raça, religião no exercício da profissão.

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário online composto por 54 questões fechadas e abertas, dividida em cinco blocos. O primeiro bloco tratou do perfil das e dos entrevistados. O segundo bloco aprofundou o fenômeno da desinformação, abordando percepções e efeitos desse fenômeno na vida dos jornalistas. O terceiro bloco foi dedicado ao tema da violência online, tanto para aqueles que diretamente sofreram algum tipo de violência quanto para os que presenciaram/perceberam essa violência com colegas de profissão. Buscou-se compreender o tipo de violência sofrida, sua origem e suas consequências. O quarto bloco investigou os impactos diretos da violência no livre exercício do jornalismo. Por fim, o quinto bloco buscou compreender as experiências e percepções dos jornalistas sobre os meios de proteção e plataformas existentes para o combate e prevenção da violência política na internet.

O período de coleta dos dados se deu por 28 dias com disparo na manhã de 09/08/2021 e fechamento na manhã de 06/09/2021, através da plataforma Survey Monkey. O método "bola de neve" foi utilizado pela coleta online. Esta se deu primeiramente com o disparo via e-mail, com levantamento prévio de e-mails de jornalistas mulheres e LGBTQs+ pelas organizações Gênero e Número e Repórteres sem Fronteiras Brasil. Em um segundo momento, o questionário também teve sua chamada à participação repassada via Whatsapp.



O número total de casos coletados foi de 242 respostas, contudo, foram excluídas cinco respostas de homens cisgênero heterossexuais, pois não pertenciam ao público alvo da pesquisa. Assim, seguiu-se com 237 respostas válidas.

A pesquisa reuniu dados em meio ao universo da população de jornalistas de todas as regiões do Brasil, mais especificamente entre aqueles que dispõem de algum equipamento digital com acesso à internet, configurando uma amostra não probabilística com viés de conveniência.

Os dados coletados foram codificados para criar um banco de dados em formato .csv. Além disso, foi criado um dicionário de dados que descreve a codificação dos dados para facilitar o manuseio e utilização dos dados abertos aos interessados na pesquisa.

De forma complementar, foram realizadas entrevistas em profundidade com sete jornalistas que vivenciaram violência ou diferentes tentativas de censura no período dos últimos dois anos no exercício do trabalho. As entrevistas foram realizadas por uma pesquisadora-assistente, por meio da plataforma Google Meet e seguiram um mesmo roteiro, pré-definido, que dialoga com os blocos da pesquisa/survey.

